



APAE ES
FEDERAÇÃO DAS APAES
DO ESTADO



Instituto de Ensino e Pesquisa
UNIAPAE - ES



ObECIDS



UFRRJ

RELATÓRIO DE PESQUISA

AÇÕES INTERSETORIAIS E INCLUSÃO:

Caminhos para Educação Inclusiva.

Coordenadora: Profa Dra Carline Santos Borges

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto Multidisciplinar

Departamento de Educação e Sociedade

Observatório em Educação Comparada, Inclusão e Direitos Sociais

Acordo de Cooperação Técnica - UFRRJ e Feapaes-ES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo Ações intersetoriais e inclusão [livro eletrônico] : caminhos para educação inclusiva : relatório de pesquisa / Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo. -- Vitória, ES : Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo, 2026. PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-994311-4-2 1.

Educação 2. Atendimento Educacional Especializado (AEE) 3. Educação inclusiva 4. Escolas 5. Inclusão 6. Pessoas com deficiência 7. Pessoas com deficiência - Acessibilidade 8. Prática pedagógica 9. Relatórios educacionais I.

Título. 26-395377.0

CDD-371.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Atendimento Educacional Especializado : Professores : Educação inclusiva : Educação especial 371.9 Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB -

SP-010133/O

©2026 [Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo]

Todos os direitos reservados.

1ª edição - 2026

AÇÕES INTERSETORIAIS E INCLUSÃO: CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo – Feapaes-ES

Relatório de pesquisa

Vitória – ES

2026

Relatório final da pesquisa apresentado à Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo (Feapaes-ES), em cumprimento às disposições previstas no Acordo de Cooperação Técnica.

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Instituições envolvidas: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e a Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo - Feapaes-ES.

Número do Acordo de Cooperação Técnica: 06/2025

Número do processo administrativo: 23083.71473/2024-08.

Coordenação: Profa Dra Carline Santos Borges

Equipe técnica: Breno Cardoso de Souza Silva – Jornalista
Carícia Cris Silva Martins – Graduanda em Licenciatura em Educação Especial
Parfor Equidade

Vigência: de 10 meses - 05/11/2026

Municípios participantes: Guarapari, Vila Valério, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Santa Maria de Jetibá. Municípios extra Acordo: Viana e Aracruz

Objeto: execução de pesquisa científica que objetiva compreender as ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social que visam a inclusão

Ficha Técnica

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Maria das Graças Vimercati

Vice-Presidente

Maria de Lourdes Fiorido

Primeiro diretor secretário

Eval Galazi

Segundo diretor secretário

Pedro Cipriano Premoli

Primeiro diretor financeiro

Margareth Zorzal Fafá

Segundo diretor financeiro

Ducila Falqueto Lourenzone

Diretor de patrimônio

José Maria Belo

Diretor social

Vanderson R. Pedruzzi Gaburo

CONSELHO FISCAL

Natáxida Cinelli Monteiro

Marta Cristina Silva Vinco

Vanir Carvalho

Sandra Mara Simonassi Silva

Eliane da Consolação da Silva

Carlos Augusto Fernandes (In memoriam)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REGIÃO DO CAPARAÓ

Ademi João de Andrade

Patrick Vargas Amaral

REGIÃO SERRANA

Abel do Nascimento Lopes

Vanusa Lelles Barboza

REGIÃO CENTRO

Carlos Augusto Brommonschenkel

Renata Catarina Mendonça Schultz

REGIÃO SUDESTE

Dilcea Marvila de Oliveira

Giny Farias de Resende

REGIÃO NORTE

Marisangela Carminatti Mação

Margarida Adeodato dos Santos

REGIÃO BACIA DO RIO DOCE

Arthur Emílio Cossete de Medeiros

Rita Altoé Perim

AUTODEFENSORES ESTADUAIS

Matheus Gomes de Souza

Dayani Prates da Silva

Bruno Cesar de Souza Rocha

Sthephany Garcia Dias

REALIZAÇÃO

Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo

Instituto de Ensino e Pesquisa Uniapae-ES

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

COORDENAÇÃO

Carline Santos Borges

EQUIPE TÉCNICA

Breno Cardoso de Souza Silva

Carícia Cris Silva Martins

SUPERVISÃO GERAL

Vanderson R. Pedruzzi Gaburo

Marielle Kelly do Patrocínio

COLABORAÇÃO

Apae de Aracruz

Apae de Cachoeiro de Itapemirim

Apae de Cariacica

Apae de Guarapari

Apae de Santa Maria de Jetibá

Apae de Viana

Apae de Vila Valério

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

P6 Comunicação

CIDADE

Vitória-ES

ANO

2026

FALA DIRETOR SOCIAL

A Federação das Apaes, por meio do Instituto de Ensino e Pesquisa UNIAPAE-ES, possui um papel estratégico na defesa de direitos, na promoção da cidadania e na melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência intelectual, múltipla e autismo e suas famílias.

Para tanto, se posiciona como uma instituição de referência na articulação política, na produção e difusão de conhecimento e assessoramento técnico para trabalhadores, gestores, instituições públicas e privadas, movimentos de usuários, ente outros, especialmente nas áreas de educação, assistência social e saúde, que são estruturantes no trabalho realizado pela rede Apaeana no Espírito Santo.

Temos a convicção de que o movimento precisa estar sempre atento aos velhos e novos desafios impostos pela sociedade e propor respostas efetivas para as demandas geradas por tais desafios. Respostas baseadas em dados e em conhecimento científico, respaldadas pelas regulamentações vigentes e colocadas em prática por meio do trabalho técnico qualificado.

Entretanto, para além de propor respostas, é necessário mensurar e evidenciar os resultados delas, dando publicidade e abrindo espaço para a reflexão e melhoria contínua dos serviços ofertados.

Neste sentido, por meio de um acordo de cooperação técnica com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, realizamos a pesquisa intitulada “Ações Intersetoriais e Inclusão: Caminhos para a Educação Inclusiva”, como o objetivo de compreender as ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social que visam a inclusão e desenvolvimento das pessoas com deficiência no contexto escolar e social.

Além disso, é importante demonstrar que a intersetorialidade presente no cotidiano das Apaes, aliada à experiência de mais de uma década de oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, fruto da parceria das Apaes com o governo do Estado, é uma estratégia fundamental para o processo de inclusão escolar e não apenas supre lacunas históricas da oferta pública, como também qualifica o processo educacional.

Atualmente, contamos com 33 Apaes no Espírito Santo, que mantêm 130 salas de AEE e atendem aproximadamente 3.800 estudantes, desempenhando papel essencial e complementar à rede pública de ensino, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

Certos de que estamos trilhando um bom caminho, convidamos a todos para conhecer o relatório final com os resultados desta importante pesquisa.

VANDERSO GABURO

DIRETOR SOCIAL E SUPERINTENDENTE DA FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESPÍRITO SANTO

RESUMO

Este projeto objetiva compreender as ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social que visam à inclusão e ao desenvolvimento das pessoas com deficiência no contexto escolar e social. Busca, ainda, analisar a relação entre a sala de aula comum e os Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), identificar as ações intersetoriais que envolvem os estudantes com deficiência atendidos nas Apaes do Espírito Santo e evidenciar as potencialidades e os desafios dessas ações no processo de inclusão social. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como estudo de casos, realizada com cinco Apaes. Os dados foram produzidos por meio de entrevistas coletivas semiestruturadas com profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social. O referencial teórico fundamenta-se na Teoria Histórico-Cultural de Lev Vigotski, em diálogo com pesquisas da área da Educação Especial. Para a análise dos dados, adotou-se a abordagem de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011). Os resultados indicam que as práticas educacionais no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), desenvolvidas nos CAEEs, têm avançado na perspectiva de articulação com o currículo escolar, de forma complementar e adequada à faixa etária e à escolaridade das pessoas com deficiência, superando práticas anteriores marcadas pela infantilização e por abordagens excessivamente técnicas e repetitivas. No entanto, quanto à articulação com as escolas comuns, evidencia-se a necessidade de ampliar a frequência das visitas e fortalecer o diálogo institucional. O estudo também destaca a importância da formação continuada para a qualificação das práticas desenvolvidas nos CAEEs, apontando a necessidade de maior investimento formativo para os profissionais que atuam nas Apaes, tanto no âmbito do AEE quanto nas demais áreas. No que se refere à intersectorialidade, observa-se avanço na perspectiva do trabalho colaborativo entre as áreas, embora ainda seja necessária maior periodicidade nas reuniões e maior sistematização dos estudos de caso. Constatou-se que a área clínica é a mais demandada pelas famílias, em detrimento das áreas de Educação e Assistência Social. Verificou-se, ainda, que o público majoritário atendido pelas Apaes atualmente é composto por pessoas com Transtorno do Espectro Autista, diferentemente do cenário histórico, predominantemente marcado pela deficiência intelectual e múltipla, o que tem demandado mudanças estruturais e organizacionais para atender às especificidades desse público. Em relação às famílias, especialmente às mulheres, o estudo evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas às cuidadoras, considerando que muitas mães assumem sozinhas a responsabilidade pelo cuidado dos filhos com deficiência, vivenciando sobrecarga significativa. Conclui-se que o trabalho desenvolvido pelas Apaes, em parceria com os equipamentos públicos – como as escolas comuns e as secretarias municipais –, contribui significativamente para o fortalecimento da inclusão social, da garantia de direitos e da emancipação das pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Inclusão social. Pessoa com deficiência. Intersetorialidade. Centros de Atendimento Educacional Especializado. Apaes.

SUMÁRIO

Resumo	03
.....	
Apresentação	06
.....	
1. Introdução	07
.....	
2. Justificativa	09
.....	
3. Objetivos	17
.....	
4. Metodologia	18
.....	

5. Resultados e Discussão dos Dados 20

.....

O atendimento educacional
especializado ofertado nos centros de
atendimento educacional especializado:
caracterização, práticas pedagógicas e

5.1. a relação com a escola comum 20

.....

Intersetorialidade em foco: organização
do trabalho intersetorial, ações

5.2. intersetoriais, potencialidades e desafios 30

.....

Público assistido pelas APAEs:

5.3. identificação e percepções 39

.....

Quem cuida das cuidadoras? Por
políticas públicas para quem cuida

5.4. da pessoa com deficiência 42

.....

6. Considerações finais 45

.....

Referências 49

.....

APRESENTAÇÃO

O Observatório em Educação Comparada, Inclusão e Direitos Sociais (ObECIDS), vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Carline Santos Borges, diante da centralidade das agendas voltadas à educação inclusiva e à garantia de direitos sociais das pessoas com deficiência, dedica-se à investigação da implementação de políticas públicas educacionais, com foco na Educação Especial, na formação docente na perspectiva da educação inclusiva, nas práticas pedagógicas inclusivas e na intersectorialidade.

O grupo busca compreender como a escola pode se constituir como um direito humano multiplicador de direitos sociais, contribuindo para a inserção das pessoas com deficiência no mundo do trabalho, na cultura, no esporte e no lazer, na saúde, na assistência social, entre outros direitos.

O Observatório atua nas seguintes linhas de pesquisa: Acessibilidade, Tecnologias Assistivas e Inclusão; Formação inicial e continuada, desenvolvimento profissional e identidade docente; e Políticas de Educação Comparada, Cidadania e Direitos Humanos.

Nesse contexto, a convite da Federação das Apaes do Estado do Espírito Santo (Feapaes-ES), foi proposto o projeto de pesquisa intitulado “Ações intersectoriais e inclusão: caminhos para a educação inclusiva”, cujo objetivo foi compreender as ações intersectoriais entre educação, saúde e assistência social voltadas à inclusão e ao desenvolvimento das pessoas com deficiência no contexto escolar e social.

A necessidade do Acordo de Cooperação Técnica surgiu com a demanda da Feapaes em compreender o modelo de oferta do atendimento educacional especializado que acontece nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Espírito Santo (Apae-ES), evidenciar a sua contribuição e de suas ações intersectoriais para o desenvolvimento da pessoa com deficiência, juntamente com a articulação com outros setores da sociedade, como, por exemplo, a escola comum.

A partir da aprovação do projeto pela Feapaes-ES, foi iniciado o trâmite interno junto à UFRRJ para a formalização do Acordo de Cooperação Técnica destinado ao desenvolvimento do



estudo. O processo de formalização do Acordo e de início da pesquisa estendeu-se pelo período de um ano.

Nesse sentido, o presente relatório final apresenta os resultados da pesquisa, bem como os encaminhamentos propostos para o fortalecimento do trabalho desenvolvido nas Apaes, em articulação com os equipamentos públicos.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, com o advento dos movimentos internacionais em defesa da educação para todos (UNESCO, 1990, 1994, 2005; ONU, 2006), os sistemas educacionais, em diferentes contextos, têm buscado constituir uma educação inclusiva, visando promover a presença, a participação e o sucesso de todos os estudantes. Para tanto, pressupõem-se mudanças significativas na concepção de educação, nas práticas pedagógicas e na organização dos recursos materiais e humanos.

Nesse processo, reconhece-se a complexidade que envolve a construção de uma educação para todos, o que exige novas formas de diálogo, inovação contínua e reflexão-ação por parte dos profissionais da educação. Tais transformações tornam-se fundamentais para assegurar o direito à educação a todos os alunos, respeitando suas especificidades.

Políticas públicas brasileiras e internacionais evidenciam movimentos sociais, políticos e educacionais em torno de uma proposta mais inclusiva de educação (Brasil, 2008, 2015, 2025; Banco Mundial, 2013). Neste relatório, discute-se, especificamente, a educação dos estudantes público-alvo da Educação Especial, que, no contexto brasileiro, compreende pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no processo de inclusão escolar desses estudantes (Brasil, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado tem como finalidade garantir e promover a inclusão escolar nas escolas comuns, identificando, elaborando e organizando recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Trata-se de um serviço da modalidade Educação Especial que contribui para o processo de escolarização das pessoas com deficiência e altas habilidades/superdotação no ensino regular (Brasil, 2008).

A inclusão em todos os espaços sociais visa assegurar direitos educacionais e sociais, promovendo autonomia e independência das pessoas com deficiência ao longo da vida. Nes-



sa direção, a educação inclusiva, entendida como direito humano multiplicador de direitos, tem se consolidado como campo de intensos debates acadêmicos. Em consonância com essa perspectiva, Ziesmann e Guilherme (2020, p. 100) afirmam que “para que a inclusão aconteça efetivamente em todos os setores da sociedade [...] é necessário que haja, urgentemente, uma mudança de paradigmas de uma educação padronizada para uma compreensão e aceitação do outro em suas especificidades e diferenças”.

No âmbito jurídico, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008; 2025) estabelecem princípios voltados à garantia de uma educação inclusiva e equitativa para todos (Brasil, 1996, 2008, 2015, 2025). Tais normativas reconhecem a diversidade das necessidades educacionais e reforçam a importância de ambientes escolares que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes.

A materialização dessas políticas públicas ocorreu por meio de legislações e diretrizes que buscaram articular a Educação Especial ao ensino comum, reestruturar as escolas, ressignificar currículo, práticas pedagógicas e avaliação educacional, bem como estabelecer parâmetros para a formação inicial e continuada dos educadores (Brasil, 2008).

Em âmbito nacional e internacional, destacam-se apontamentos sobre a necessidade de os poderes locais se organizarem de forma articulada, promovendo relações colaborativas no interior dos sistemas educacionais. Parrilla (2011, p. 19), ao analisar o caso espanhol, defende um desenvolvimento local articulado ao global, compreendendo o contexto local como centro de gestão das demandas globais e como espaço estratégico para o enfrentamento da exclusão.

Nessa perspectiva, ressalta-se a importância do envolvimento das escolas e da articulação com a comunidade educativa, os serviços e os órgãos locais e regionais responsáveis pela implementação e acompanhamento das políticas públicas, compartilhando uma ética fundada no direito subjetivo à educação e na educabilidade de todos (Meirieu, 2005).

É nesse contexto que o Observatório em Educação Comparada, Inclusão e Direitos Sociais (ObECIDS), vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio do Acordo de Cooperação Técnica com a Feapaes, buscou compreender o Atendimento Educacional Especializado desenvolvido nos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEEs), a importância da formação na perspectiva da educação inclusiva e a intersetorialidade entre as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social no âmbito das Apaes.

A pesquisa foi orientada pelos seguintes questionamentos: Como as ações intersetoriais têm sido vivenciadas no estado do Espírito Santo para a promoção da inclusão escolar das pessoas com deficiência? De que maneira o Atendimento Educacional Especializado tem contribuído para o processo de escolarização e desenvolvimento dessas pessoas? Como o serviço ofertado nos CAEEs e nas Apaes tem se estruturado ao longo dos anos e contribuído para o desenvolvi-

mento e a autonomia das pessoas com deficiência, em articulação com outros setores sociais?

O estudo analisou os dados na perspectiva da rede intersetorial, considerando que a plena participação social das pessoas com deficiência depende da garantia articulada de diferentes direitos e políticas públicas.

Assim, a presente pesquisa insere-se no movimento de fortalecimento da educação inclusiva e da inclusão social das pessoas com deficiência, reafirmando a necessidade de articulação entre sistemas educacionais e demais setores sociais para a consolidação de políticas públicas efetivas e sustentáveis.

2. JUSTIFICATIVA

Movimentos construídos em âmbito nacional e internacional no delineamento de diretrizes para a implementação de políticas públicas de Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar busca fomentar iniciativas nas esferas estaduais e municipais.

No sentido de garantir a escolarização dos estudantes público da Educação Especial, o Brasil tem buscado investir em programas que impulsionam ações formativas no campo da inclusão escolar em uma perspectiva da educação inclusiva em território nacional. Leodoro (2008) analisou o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade; realizado no âmbito nacional pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação a partir de 2003. Para essa análise, a autora selecionou materiais de formação, disponíveis no site do Ministério da Educação, pertencentes ao programa, publicados em 2004 e 2007.

A autora concluiu que a própria realização do programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, em âmbito nacional, com o financiamento do governo federal, evidencia o investimento na formação continuada, visando à construção de sistemas de ensino inclusivos no país. Os resultados do programa evidenciaram a relevância desse investimento, “[...] com a ampliação e organização do atendimento educacional especializado nos municípios e com o avanço no número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em classes e escolas comuns do ensino regular” (Leodoro; 2008, p. 104).

O Atendimento Educacional Especializado segundo a Lei Brasileira de Inclusão nº 13146/2015 (Brasil, 2015) visa: “[...] a atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia”.

Nessa perspectiva, compreendemos o Atendimento Educacional Especializado como ação pedagógica (Borges, 2014; 2020) e a atuação do professor de Educação Especial também, haja

vista que envolvem diferentes frentes de trabalho. Segundo a Nota Técnica-SEESP/GAB/ nº 11/2010, as frentes de trabalho do AEE na escola comum perpassam o contraturno nas salas de recursos multifuncionais e sua articulação com a sala de aula comum, orientações às famílias, a elaboração e produção de recursos acessíveis ao currículo, o uso de tecnologia assistiva, o trabalho em rede de colaboração que envolve os profissionais da educação, os momentos de planejamento entre professores regentes e de educação especial, o trabalho pedagógico em sala de aula comum, o trabalho pedagógico nos demais espaços da escola e dentre outras ações educativas, como ações intersetoriais ou articulação com outras instituições.

Em relação aos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEEs), a Nota Técnica SEESP/GAB nº 09/2010 sinaliza que sua função consiste em:

- a) A oferta do atendimento educacional especializado – AEE, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos público alvo da educação especial, no contraturno do ensino regular;
- b) A organização e a disponibilização de recursos e serviços pedagógicos e de acessibilidade para atendimento às necessidades educacionais específicas destes alunos; e
- c) A interface com as escolas de ensino regular, promovendo os apoios necessários que favoreçam a participação e aprendizagem dos alunos nas classes comuns, em igualdade de condições com os demais alunos (Brasil, 2010).

O referido documento complementa sobre as atribuições dos Centros de Atendimento Educacional Especializado sinalizando que são:

1. Organizar o projeto político pedagógico para o atendimento educacional especializado, tendo como base a formação e a experiência do corpo docente, os recursos e equipamentos específicos, o espaço físico e as condições de acessibilidade, de que dispõe.
2. Matricular, no centro de AEE, alunos matriculados em escolas comuns de ensino regular, que não tenham o AEE realizado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola de ensino regular;
3. Registrar, no Censo Escolar MEC/INEP, os alunos matriculados no centro de AEE;
4. Ofertar o AEE, de acordo com convênio estabelecido, aos alunos público alvo da educação especial, de forma complementar as etapas e/ou modalidades de ensino definidas no projeto político pedagógico;
5. Construir o projeto político pedagógico – PPP considerando: a flexibilidade da

organização do AEE, individual ou em pequenos grupos; a transversalidade da educação especial nas etapas e modalidades de ensino; as atividades a serem desenvolvidas conforme previsto no plano de AEE do aluno.

6. Efetivar a articulação pedagógica entre os professores do centro de AEE e os professores das salas de aula comuns do ensino regular, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos;

7. Colaborar com a rede pública de ensino na formação continuada de professores que atuam nas classes comuns, nas salas de recursos multifuncionais e centros de AEE; e apoiar a produção de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis;

8. Estabelecer redes de apoio à formação docente, ao acesso a serviços e recursos, à inclusão profissional dos alunos, entre outros que contribuam na elaboração de estratégias pedagógicas e de acessibilidade;

9. Participar das ações intersetoriais realizadas entre a escola comum e os demais serviços públicos de saúde, assistência social, trabalho e outros necessários para o desenvolvimento dos alunos (Brasil, 2010).

Quanto às atribuições do professor do AEE que atua nos CAEEs, o documento evidencia que são semelhantes às dos professores das escolas comuns, incluindo a elaboração, execução e avaliação do Plano de AEE; implementação e avaliação de recursos pedagógicos; produção de materiais acessíveis; articulação com professores da sala comum; orientação às famílias; e desenvolvimento de atividades específicas, como ensino de Libras, Braille, soroban, Tecnologia Assistiva, Comunicação Aumentativa e Alternativa, entre outras. A partir da análise do documento Nota Técnica nº 09/2010 percebemos a presença forte de articulação com a escola comum e os Centros do Atendimento Educacional Especializado, bem como parceria para formação continuada de docentes em Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Pudemos perceber que o AEE visa complementar a formação dos estudantes com deficiência e com transtorno do espectro autista e suplementar a formação dos estudantes que apresentem altas habilidades e/ou superdotação, tendo em vista proporcionar a autonomia, independência e potencializar a aprendizagem dos alunos em sala de aula. Observamos que o referido atendimento não deve ser substitutivo à escolarização, ou seja, reconhece-se que o espaço de aprendizagem de todos é a sala de aula e também, trata-se de um trabalho diferenciado do que se ensina em sala de aula. O documento *Sala de Recursos Multifuncionais: Espaço para o Atendimento Educacional Especializado* preconiza que o referido atendimento não pode ser confundido com atividades de mera repetição de conteúdos (Brasil, 2006).

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, delimitou as diretrizes orientadoras para a Educação Especial/Educação Inclusiva, afirmando e de-

limitando os sujeitos público da Educação Especial e reiterando o objetivo do AEE na escola.

Além disso, por meio deste documento houve a indicação de que o Atendimento Educacional Especializado não deve substituir o ensino comum, mas sim, complementá-lo ou suplementá-lo, reforçando a necessidade de articulação entre os diferentes espaços no ensino comum.

Já a Resolução CNE/CNB nº 4/2009, que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, no seu art. 2º, evidencia e reitera a função desse sistema de apoio à escolarização de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades e/ou superdotação. O disposto na Resolução também nos leva a pensar sobre a natureza do conhecimento que tem sido produzido no âmbito dos Centros de Atendimento Educacional Especializado.

Isto nos revela a importância de trabalharmos o Atendimento Educacional Especializado tomando como ponto de partida a sala de aula comum para termos subsídios para pensarmos o que seria o complementar para acesso ao currículo escolar no contraturno, nas salas de recursos multifuncionais ou nos Centros de Atendimento Educacional Especializado. Percebemos por meio da Nota Técnica nº 09/2010 a importância da articulação entre a escola comum e os Centros de AEE, bem como, com os professores que atuam nas escolas comuns.

Para compreendermos e analisarmos a complexidade que envolve o Atendimento Educacional Especializado que ocorre nos Centros de Atendimento Educacional Especializado buscamos por meio da pesquisa caracterizar e evidenciar como tem se dado o trabalho do AEE e quais são as relações entre a escola comum e os Centros de AEE. Também, buscamos compreender como se dão as ações intersetoriais dentro das Apaes, haja vista a importância para o desenvolvimento integral da pessoa com deficiência.

Vale destacar que na direção de pensarmos o acesso ao conhecimento para todos os alunos, sobretudo para os alunos público da Educação Especial, Mendes, Silva e Pletsch (2011, p.16) defendem “[...] uma escola que de fato priorize o trabalho com o conhecimento escolar [...] [pois] abrir mão disso é cair na armadilha de defesa de uma escola inclusiva como espaço de socialização escolar, coisa que há muito temos negado na Educação Especial”.

Desse modo, segundo as autoras, trata-se de possibilitar o acesso ao conhecimento e do mesmo modo disponibilizar, conhecimentos, os quais, se não forem oferecidos pela escola, não serão oferecidos por nenhum outro espaço social (Mendes; Silva; Pletsch, 2011). Além disso, sugerem um aprofundamento na discussão sobre o currículo e o conhecimento nas pesquisas que se propõem a estudar o atendimento educacional especializado.

Vieira (2011) tencionou o fato de as políticas públicas direcionarem atenção especial às salas de recursos multifuncionais e ao atendimento educacional especializado, não atribuindo esta mesma atenção para os desafios ainda presentes na sala de aula comum e não superados. Em

sua opinião é importante continuar investindo positivamente nas ações planejadas e desenvolvidas pela escola no trabalho com o currículo escolar para buscar pistas e indícios visando ao atendimento educacional especializado. O processo ensino-aprendizagem se inicia na sala de aula comum, portanto este é o primeiro ambiente a ser potencializado.

Precisamos conceber o Atendimento Educacional Especializado para além das salas de recursos multifuncionais e ao que tange aos CAEEs, necessitam maior articulação com a escola comum, visto o desafio que é realizar um trabalho complementar em um espaço que seja fora da escola comum. Ou seja, como ação pedagógica que envolvem frentes de trabalho já citados neste item. Pensando o serviço desse modo potencializaremos o serviço da modalidade da Educação Especial e as ações inclusivas nas escolas comuns.

Tal desafio de aproximação é tensionado com a promulgação do Estudo de Caso para elaboração do Plano Educacional Individualizado e do Plano do Atendimento Educacional Especializado (Brasil, 2025). Como ficará a relação entre a escola comum e os Centros de Atendimento Educacional Especializado? Como a área da Educação dos CAEEs podem contribuir com o Estudo de Caso que será usado na escola e nos Centros de AEE?

Para tanto, precisamos compreender a constituição do trabalho desenvolvido no âmbito do Atendimento Educacional Especializado nos Centros de AEE e do trabalho intersetorial entre as áreas Educação, Saúde e Assistência Social dentro das Apaes, pois segundo a Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2025) os objetivos do AEE são:

I – qualificar as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes que são o público da educação especial; II – identificar estudantes que são o público da educação especial, por meio de estudo de caso;

III – desenvolver e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que assegurem acesso, permanência, aprendizagem e participação dos estudantes em todas as atividades educacionais;



- IV – contribuir para o desenvolvimento de recursos didáticos e estratégias pedagógicas;
- V – sistematizar e articular o trabalho dos diferentes profissionais da educação envolvidos com o atendimento aos estudantes que são o público da educação especial;
- VI – promover condições para a continuidade de estudos dos estudantes que são o público da educação especial até os níveis e as etapas de ensino mais elevados; e
- VII – fomentar e integrar as ações intersetoriais, notadamente entre as áreas que compõem a rede de proteção social (Brasil,2025).

Podemos perceber o protagonismo na intersetorialidade para identificação do público da educação especial, para articulação entre os trabalhos de diferentes profissionais da educação e para articulação de ações intersetoriais com outras áreas que atuam diretamente com a pessoa com deficiência.

Nesse momento é importante sinalizarmos o que estamos entendendo por intersetorialidade. Vigotski (1997) enfatiza que o desenvolvimento cognitivo é um processo social e culturalmente mediado, que se realiza por meio das interações sociais e da colaboração com sujeitos mais experientes. Embora o autor não utilize diretamente o termo *acompanhamento intersetorial*, sua teoria oferece sólida base conceitual para sustentar a necessidade dessa abordagem, ao reconhecer que o desenvolvimento humano é indissociável dos contextos sociais e das redes de apoio.

Nessa perspectiva, a valorização da colaboração e da interação social, princípios centrais da teoria histórico-cultural, encontra no trabalho intersetorial uma aplicação contemporânea, ao reconhecer que o bem-estar e o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos são potencializados por sistemas de suporte integrados, articulados e multifacetados.

A superação dos desafios contemporâneos da escola exige esforços articulados entre governos, instituições educacionais, instituições não governamentais, profissionais da saúde e da educação, além da participação ativa das famílias e da comunidade. Tal articulação possibilita a construção de ambientes escolares verdadeiramente inclusivos e o fortalecimento da Educação Especial como modalidade comprometida com a equidade.

Nessa direção, as políticas e ações intersetoriais configuram-se como estratégias fundamentais para enfrentar demandas que extrapolam o âmbito pedagógico, envolvendo áreas como Saúde, Assistência Social, Esporte, Cultura, Lazer e Trabalho, compondo redes de apoio à inclusão social das pessoas com deficiência.

Segundo Warschauer e Carvalho (2014), a intersetorialidade consiste na articulação entre sujeitos de diferentes setores, portadores de saberes e poderes diversos, com vistas ao enfrentamento de problemas complexos. Os desafios vivenciados pelas escolas na atualidade são, em

grande medida, dessa natureza, demandando conhecimentos e intervenções que extrapolam as possibilidades de atuação isolada da Educação.

As ações intersetoriais configuram-se como estratégias relevantes para a construção de novos modelos organizacionais, podendo ser compreendidas como a articulação de saberes e experiências no planejamento, na execução e na avaliação de políticas, programas e projetos voltados a grupos populacionais específicos, em determinado território, com o objetivo de atender suas necessidades de forma integral e sinérgica (Junqueira, 2000; Junqueira et al., 1997).

Reconhece-se, contudo, a complexidade inerente à formulação e à implementação de políticas intersetoriais, especialmente em contextos historicamente marcados pela lógica setorializada de gestão pública. Estruturas administrativas hierarquizadas e fragmentadas dificultam a participação social e a construção de agendas comuns entre os setores (Junqueira, 1997).

Apesar dos desafios, torna-se imprescindível avançar na construção de novas formas de pensar os sujeitos e de articular agendas intersetoriais, uma vez que a Educação, isoladamente, não é capaz de responder às demandas que extrapolam o campo pedagógico.

Nesse contexto, o Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, que altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, ao instituir a Política Nacional de Educação Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, explicita a centralidade da intersectorialidade como estratégia para a atenção integral ao público da Educação Especial. O referido decreto enfatiza a articulação entre políticas públicas e a implementação do Plano de Atendimento Educacional Especializado e do Plano Educacional Individualizado, bem como o fortalecimento da Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, com vistas à promoção da atenção integral aos estudantes PEE (Brasil, 2025).

Trabalhando o atendimento educacional especializado numa perspectiva intersectorial para organizar as ações pedagógicas inclusivas e elaborar os planos educacional individualizado e os planos do atendimento educacional especializado, enriquecerá mais o trabalho pedagógico integral e contribuirá para o aprendizado e o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Estudos como o de Bedaque (2011) concluíram que " [...] o serviço de atendimento educacional especializado [...] se bem articulado, pode promover bem mais o avanço na



aprendizagem dos alunos público da Educação Especial” (Bedaque, 2011, p. 10). Os estudos de Mendes, Silva e Pletsh (2011); Vieira (2011); Effgen (2011 a; 2011b); Bedaque (2011) e Borges (2020) nos apontam para uma escola que ensine a todos os alunos e que a sala de aula comum é o primeiro espaço-tempo a ser potencializado. Desse modo, o Atendimento Educacional Especializado torna-se um dos apoios e ações pedagógicas que possibilitam o acesso ao conhecimento aos alunos público da Educação Especial.

Outros estudos que analisaram as salas de recursos reafirmam a importância desse serviço especializado no apoio ao aluno com deficiência que frequenta o ensino comum (Tezzari, 2002; Oliveira; Lima, 2011; Giorgi, 2007; Redig; 2010; Borges, 2020). Trata-se de aspecto destacado por Bürkle (2010) que investigou as salas de recursos no município do Rio de Janeiro. Segundo essa autora, "a pesquisa constatou a viabilidade e importância do trabalho realizado nesses espaços, pois eles representam efetivos instrumentos de inclusão no sistema educacional" (Burkle, 2010, p. 123).

Estudos (Alves, 2018; Andrade, 2019; Lopes, 2019; Artuso, 2021 e Marmontelo, 2022) se dedicaram sobre o Atendimento Educacional Especializado no âmbito dos Centros de Atendimento Educacional Especializado e puderam evidenciar pouco diálogo com o currículo da escola comum e necessidade de formação continuada para as professoras. Artuso (2021) e Andrade (2019) apontaram para a importância do trabalho intersetorial desenvolvido no âmbito das instituições especializadas estudadas. Já Marmontelo (2022) evidenciou que o trabalho pedagógico desenvolvido pela professora do CAEE no estudo realizado por ele mostrou efetivo para o processo de ensino-aprendizagem de Matemática para estudantes surdas e surdos:

[...] as estratégias didático-pedagógicas relatadas pelas professoras de um CAEE se mostraram efetivas para o processo de ensino e de aprendizagem de Matemática para estudantes Surdas e estudantes Surdos. Além disso, foi possível observar a presença de uma fundamentação teórica sólida e consistente subjacente à aplicabilidade dessas práticas docentes, graças à análise minuciosa realizada com base nas entrevistas, em alinhamento com autores e pesquisadores de referência na área da Educação (Marmontelo, 2022, p. 68).

Esse movimento evidencia que, no Brasil, embora em muitos aspectos de forma contraditória, se tem buscado oferecer Educação com qualidade e de forma democrática para os alunos, bem como a implementação de Políticas Públicas, concretizadas em Leis, Decretos, Resoluções e Programas. Nesse contexto, percebemos que o atendimento educacional especializado vem sendo reconhecido como uma das possibilidades de acesso ao conhecimento para alunos público da Educação Especial e uma ação política que vem ganhando destaque nos dias atuais.

Desta forma, a história da Educação Especial e a constituição dessa pluralidade de legislações direcionadas à escolarização de alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas

habilidades e/ou superdotação têm contribuindo para o fortalecimento do nosso interesse em investigar a constituição do atendimento educacional especializado e como ele pode se configurar em um dos dispositivos possíveis para a ampliação das possibilidades de aprendizagem desses estudantes na escola comum.

3. OBJETIVOS

a) Objetivo Geral

A partir da introdução e da justificativa exposta, este projeto objetivou:

Compreender as ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social que visam à inclusão e o desenvolvimento das pessoas com deficiência no contexto escolar e social.

b) Objetivos Específicos

-  Compreender a relação entre a sala de aula e o contexto dos Centros de Atendimento Educacional Especializado;
-  Identificar e analisar como o atendimento educacional especializado ofertado nos centros de atendimento educacional especializado tem contribuído para o processo de aprendizagem e de desenvolvimento das pessoas com deficiência;
-  Identificar as ações intersetoriais que envolvem os estudantes com deficiência que são atendidos nas Apaes do Espírito Santo;
-  Identificar o público atendido nos Centros de Atendimento Educacional Especializado;
-  Caracterizar e analisar o trabalho de atendimento educacional especializado ofertado nos Centros de Atendimento Educacional Especializado;
-  Evidenciar as potencialidades e desafios de ações intersetoriais que visam a inclusão da pessoa com deficiência.

4. METODOLOGIA

Elegemos a abordagem qualitativa para a realização da pesquisa, pois, segundo Michell (2009, p. 36-37), essa abordagem “[...] considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. [...] Na pesquisa qualitativa, o pesquisador participa, compreende e interpreta”.

A ênfase na abordagem qualitativa justifica-se em função do papel atribuído ao investigador, da valorização das dinâmicas descritivas, da ênfase no processo e da valorização do significado que os envolvidos atribuem aos fenômenos e eventos (Lüdke & André, 1986).

A metodologia utilizada é o estudo de casos, realizado em diferentes Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) do estado do Espírito Santo. Essa abordagem permite conhecer o particular, “[...] considerando todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas” (Lüdke; André, 1986, p. 17). Além disso, há de se considerar que essa perspectiva investigativa pretende descrever e interpretar a realidade, bem como propor possíveis reflexões e encaminhamentos a partir das informações que emergem durante o estudo.

a) Movimentos metodológicos e procedimentos

Para o cumprimento dos objetivos traçados neste relatório de pesquisa, o estudo delineou-se em duas etapas de execução e uma etapa de organização e análise dos dados, conforme exposto a seguir. A participação dos gestores das Apaes ocorreu de forma voluntária, após apresentação dos objetivos do estudo e dos propósitos do Acordo de Cooperação Técnica que fundamentou a elaboração deste relatório. As entrevistas tiveram como finalidade subsidiar o diagnóstico situacional e ampliar a compreensão acerca da implementação das políticas intersetoriais nas Apaes.

As informações produzidas durante as entrevistas foram utilizadas exclusivamente para a elaboração do presente relatório técnico, sendo tratadas com responsabilidade, observando-se os princípios da boa prática científica, da confidencialidade das informações quando aplicável, da integridade dos dados e da fidedignidade das análises realizadas. Na apresentação dos resultados, buscou-se privilegiar a análise institucional e coletiva das informações, evitando a identificação individual dos participantes e preservando o caráter técnico e propositivo deste documento.

Para a organização e análise dos dados, utilizou-se a abordagem de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), orientada pelos objetivos da pesquisa e à luz da literatura especializada.

1ª etapa – 2025

Levantamento de documentos, literatura e aprofundamento teórico

a) Identificação, caracterização e análise de documentos vigentes relativos às políticas educacionais no campo da Educação Especial;

b) **Revisão bibliográfica relativa às temáticas:** Centro de Atendimento Educacional Especializado; Atendimento Educacional Especializado; e Educação Especial, em bases como o Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

2ª etapa – 2025-2026

Produção de dados empíricos

c) Sujeitos

Participaram da pesquisa profissionais que atuam nas áreas da Educação, Assistência Social e Saúde nas Apaes investigadas. Para garantir o anonimato, foram utilizados nomes fictícios, sendo o cargo empregado para designar as falas na análise dos dados.

d) **Estudos de casos em cinco Apaes do Espírito Santo:** Guarapari, Vila Valério, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim e Santa Maria de Jetibá. As Apaes de Viana e Aracruz participaram da pesquisa de forma extra Acordo de Cooperação.

Como instrumentos de coleta de dados, realizaram-se visitas às Apaes e entrevistas semiestruturadas com os profissionais. Utilizou-se gravador para o registro das entrevistas, mediante autorização dos participantes. As visitas tiveram duração de um dia em cada instituição, com o objetivo de conhecer os espaços e realizar as entrevistas. Os áudios foram posteriormente transcritos para a análise dos dados.

Roteiro de entrevista:

1. Caracterizar o Atendimento Educacional Especializado;
2. Narrar exemplos de práticas pedagógicas;
3. Descrever a relação com a escola comum;

- 4. Caracterizar o trabalho de cada setor;
- 5. Descrever como ocorrem os planejamentos e as ações intersetoriais;
- 6. Descrever os principais desafios e possibilidades do trabalho intersetorial dentro e fora das Apaes.

3ª etapa – 2026

Organização e técnica de análise dos dados

- e) Transcrição dos áudios das entrevistas;
- f) Categorização das falas a partir dos objetivos do estudo;
- g) Organização e análise dos dados por categorias, conforme a técnica Análise de Conteúdo (Bardin, 2011).

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES DOS DADOS

A partir dos objetivos traçados e das transcrições das entrevistas, elencamos quatro categorias de análise para apresentarmos neste item de resultados e discussões dos dados, sendo as três primeiras construídas a priori, e a quarta, a posteriori: 1. O atendimento educacional especializado ofertado nos Centros de Atendimento Educacional Especializado: caracterização, práticas pedagógicas e a relação com a escola comum; 2. Intersetorialidade em foco: organização do trabalho intersetorial, ações intersetoriais, potencialidades e desafios; 3. Público assistido pelas Apaes: identificação e percepções; e 4. Quem cuida das cuidadoras? Por políticas públicas para quem cuida da pessoa com deficiência.

5.1. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERTA NOS CENTROS DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: CARACTERIZAÇÃO, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A RELAÇÃO COM A ESCOLA COMUM

Nesta primeira categoria de análise apresentamos a caracterização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEEs), os processos de ensino-aprendizagem e a relação estabelecida entre o CAEE e a escola comum.

A partir das entrevistas, foi possível identificar que as práticas pedagógicas desenvolvidas nos

CAEEs vêm passando por mudanças significativas ao longo dos anos, especialmente em decorrência dos avanços das legislações brasileiras vigentes, discutidas na introdução e na justificativa deste relatório. As entrevistadas reconheceram que, historicamente, o trabalho desenvolvido nas Apaes esteve fortemente marcado por um viés assistencialista, o qual, naquele contexto histórico, cumpriu um papel relevante na inclusão social das pessoas com deficiência.

A coordenadora geral da Apae de Vila Valério analisa que

[...] no passado da APAE, a APAE realmente ofertava um atendimento onde a família depositava aquela criança ali, e aí buscava aquela criança, não tinha um propósito de trabalho, não tinha um objetivo. Era aquela APAE assistencialista, que as famílias vinham em busca de cestas básicas, de atendimentos básicos de saúde, e que hoje nós temos o CRAS. E com o passar do tempo, as famílias passam até aquela mesma visão (Coordenação geral – Apae Vila Valério).

Observa-se que, embora haja mudanças estruturais no trabalho desenvolvido, ainda persiste, em parte da sociedade e das famílias, uma percepção assistencialista sobre as Apaes. Contudo, os dados evidenciam uma transição progressiva para uma perspectiva mais emancipatória, voltada à vida independente, à acessibilidade curricular e à complementariedade ao ensino comum, pautada nas necessidades específicas da pessoa com deficiência.

As falas das entrevistadas indicam que as formações continuadas, os processos de especialização e o acompanhamento mais sistemático da Secretaria de Educação (Sedu), por meio de editais orientadores para o funcionamento dos CAEEs, têm sido elementos indutores de mudança nas práticas pedagógicas.

A coordenadora de Educação da Apae de Cariacica destaca:

Eu acredito que a diferença mesmo no atendimento, porque aqui no atendimento do AEE, eu sempre falo que a primeira coisa tem que ser o pilar: É a afetividade e o respeito com as pessoas que nós estamos atendendo e com as famílias. Lógico que, desde quando está no AEE, eu acho que a gente foi passando por vários processos. Questão das especializações, dos treinamentos, que nós tivemos vários treinamentos e teve também muitas mudanças. E hoje a gente tem um público muito grande. Junto com isso, também foi a questão de ver que nós precisávamos estar sempre em busca de novos conhecimentos. Então, hoje eu vejo que a busca de novos conhecimentos, as especializações, os treinamentos que nós fomos tendo, isso também, eu acredito que contribuíram muito para essa melhoria e esses avanços que nós tivemos (Educação – Apae Cariacica).

E complementa:

[...] O edital pede que a frequência da visita presencial seja de pelo menos duas

vezes por ano. A partir do ano que vem a divisão das turmas será por escolaridade (Educação – Apae Cariacica).

Os dados indicam que os editais orientadores não apenas regulamentam o funcionamento dos CAEEs, mas também impulsionam reorganizações internas, como a divisão por escolaridade e a sistematização das visitas escolares. Esse movimento aponta para um alinhamento progressivo entre normativas públicas e práticas institucionais.

Outro ponto interessante que foi evidenciado no estudo foi a figura do gestor com visão ampla e de perspectiva de inclusão educacional e social. A gestão provoca mudanças estruturais que refletem nas práticas cotidianas seja na área da Educação, Saúde ou Assistência Social, conforme o excerto a seguir:

Como eu te falei, a nossa Apae, ela estava numa situação complicada até 2023, muito caótica. Do ponto de vista de gestão. De gestão mesmo. [...]. Então, com isso, com a nova gestão, a gente, vamos dizer, voltamos para o mundo da rede. Eu acho que a gente voltou a trabalhar no caminho certo (Coordenação geral – Apae Cariacica).

A responsável pelo setor da Educação da Apae Cariacica complementa os impactos da mudança de gestão no funcionamento do CAEE e da Apae:

E eu também falo assim, que do ano passado para cá, eu tive pouca rotatividade profissional. Então, quanto menos rotatividade de professores, melhor fica o nosso trabalho também executado [...] Os treinamentos e a diminuição de rodízio de professores e de profissionais no setor, isso também contribuiu muito (Educação – Apae Cariacica).

E complementa dizendo os impactos da mudança da estrutura dos atendimentos na Apae Cariacica:

Então hoje, como também o trabalho da educação é valorizado, não precisa, porque a gente tinhamuito trabalho com a família, tinha que ser inserida, e às vezes a gente tinha que ter muita insistência de mostrar o diferencial do nosso trabalho na educação para essa família. Hoje não, hoje essa família depois do Apoie, ela já entra na instituição tendo a visão de valor desse atendimento educacional na vida dos fi-



lhos deles, então isso é muito importante e interessante, que eu também vi que tem toda uma diferença, como essa família vem aberta também depois que passa, como ela vem aberta às orientações, já está sendo como que agregou valor também nesse trabalho da educação prestada, eu achei fantástico isso, porque às vezes eles descem lá da reunião e já falam assim: Então, não tem como você colocar meu filho no CAE, não?

Os dados sugerem que a estabilidade da equipe e o investimento em formação contribuem para maior continuidade pedagógica, fortalecimento do planejamento individualizado e consolidação das práticas do AEE. Também se observa mudança na percepção das famílias sobre o valor do atendimento educacional especializado, indicando maior reconhecimento institucional do trabalho desenvolvido.

Nessa mesma perspectiva de mudanças nas práticas pedagógicas no contexto do CAEE passamos a ilustrar como acontecem as visitas nas escolas comuns onde os assistidos estudam e como funcionam os atendimentos nas Apaes estudadas. As entrevistas revelam que existe articulação com as escolas comuns, especialmente por meio de visitas presenciais, relatórios e contatos por telefone ou e-mail. Contudo, essa articulação ainda enfrenta desafios relacionados à demanda elevada, à limitação de recursos humanos e à frequência das visitas. As Apaes evidenciam como funcionam a parceria com as escolas comuns:

E como ele está, também, o nosso relatório, é como ele está na escola com o todo, desde a entrada. As perguntas vão para saber como é que ele se permite no recreio, como é que ele é com a cuidadora, todas as perguntas. Quando a gente tinha uma demanda menor, eu tinha o auxílio da psicóloga, nós íamos juntas.

Porque nós tínhamos, também, aquela troca de idade, dos adolescentes, que estão virando aborrecentes, e a gente queria, claro, ela tinha de todo jeitinho, para perguntar, para questionar, então a gente tinha esse apoio. A gente levava orientações, também, uma coisa de lá. Quando a família traz alguma coisa que está acontecendo na escola, a gente também tem a luz de trazer aquela escola aqui.

Já veio muitas escolas aqui, onde a gente falou o que estava acontecendo, com a nossa percepção aqui. Então, não é uma coisa que a gente só sai. A gente procura trazer aqui. Às vezes, a própria escola já veio, muitas vezes, também, buscar. Acaba fazendo a ponte muito com a Samela, também (Educação – Apaes Vila Valério).

Eu fui visitar a escola do Cauã na sala dele.



Ele não entra na escola na sala. Não entra de jeito nenhum. Entendeu? Então, o nosso trabalho... Cauã é o quê? Mas, agora ele está começando a entrar na sala. Então, lá ele fica na sala do AEE o tempo todo com a professora. Quando eu fui lá, era planejamento dela. Mas ela tem que ficar com ele do mesmo jeito, porque ele não entra na sala. Então, a gente vai ensinar ele a o quê? Ele é entrar naquela sala primeiro, depois é sentar. A gente tem que dar esse suporte. Então, essa nossa conversa, quando eu vou lá na escola, é para saber o que elas estão precisando da gente. O que elas precisam que aquele aluno mude. Então, o que eu faço? Eu converso, a gente faz relatórios, que as minhas meninas dão suporte para elas lá na escola (Educação – Apae Guarapari).

Então, nós temos ido junto às escolas para poder fazer as orientações. Nas reuniões, as orientações, tem situações que vai só a parte pedagógica, porque é uma obrigatoriedade do edital, mas tem situações em qual o serviço social e a saúde também têm nos acompanhado. E aí, até lá fora, né? A rede, lá fora, a questão da Secretaria de Educação tem elogiado muito e eles têm falado que como tem feito a diferença para eles também, ter essa assistência, não só da educação, mas também da assistência e da saúde (Coordenação geral – Apae Cariacica).

Vou te dar um exemplo. Veio uma mãe que ela falou que ninguém queria aceitar o filho dela na escola. Eu falei, mas não tem essa de não aceitar o sofrimento da escola.

Seu filho tem que estudar. Ah, porque ele é um autista, ele pediu suporte 2. Não sei o que. Eu falei, não. Você vai lá, você mede agora. Para que ela fale, relaxe. Porque ele tem que colocar o sofrimento na escola. Porque ela queria que ele fizesse o atendimento educacional especializado aqui. Só que daí não pode entrar porque ele não estava na escola, né? Então, a gente não podia aceitar naquele momento. Ele não dá para aceitar porque não tem vaga. Mas aí eu falei para ela, orientei onde que ela deveria procurar. Ela falou e agora o menino está matriculado. Então, assim, a gente vai acompanhando as famílias dessa forma (Assistente Social – Apae Guarapari).

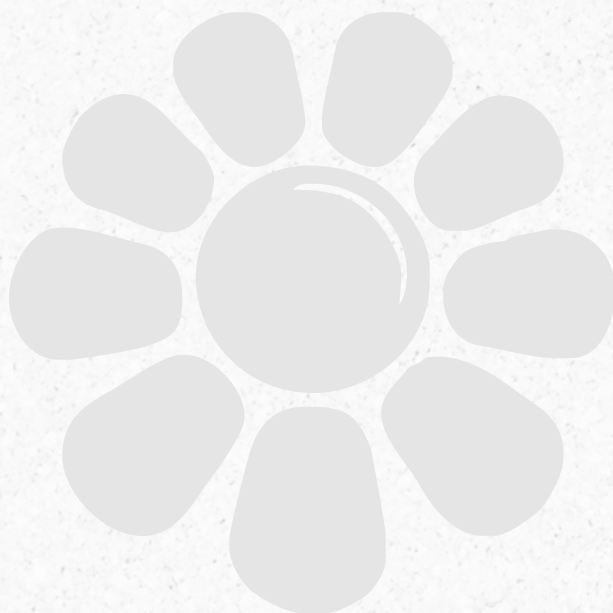
Nessa questão, nós trabalhamos muito com visitas escolares nas escolas onde a gente faz visita presencial. Que frequência? Essa frequência da visita presencial tinha que ser pelo menos duas vezes por ano. Mas devido à grande demanda e o quantitativo, nós não conseguimos. Eu estava até pensando se pode vir. Que tem região que eu tenho 37 alunos só numa região. Então a gente não consegue. Inclusive, o ano passado, até o ano passado, as nossas visitas nas escolas. A gente fazia meio assim. A gente está aqui com um aluno que a gente vê que ele está com comportamento. Que teve uma modificação no comportamento. A mãe tem tra-

go muitas demandas da escola, muitas reclamações. Então vamos fazer visita na escola desse aluno. Então, nós aproveitávamos a região que estava aquela escola. Víamos as escolas próximas e já aproveitávamos a rota para fazer daquela visita. Este ano, nós mudamos. Nós estamos fazendo visita por região. Então nós pegamos as regiões pelas quais Cariacica é dividida. 1, 2, 3, 4. E aí nós fizemos a rota das escolas de acordo com essas regiões. Porque assim facilita mais. Porque a gente consegue alcançar um número maior de escolas visitadas. Então, a gente faz presencialmente. Infelizmente, não conseguimos fazer duas vezes. É uma vez. Mas a gente sempre mantém o contato através de telefones e e-mail. E daqui a gente dá continuidade. Por telefone, visita online, reuniões online ou por e-mail. É a forma como a gente consegue (Educação – Apae Cariacica).

Ou a escola é recebida aqui também, né? Só que essas visitas, elas têm que ser em loco, né? Então, nós vamos até lá. Mas, na sexta, a gente sempre convida as escolas para vir aqui conhecer o trabalho. Elas têm vindo? Poucas. Poucas têm interesse, né? Mas tem escolas que vêm. E sempre, assim, vem a equipe mais responsável pela demanda do AEE (Coordenação geral – Apae Santa Maria de Jetibá).

A gente faz a avaliação diagnóstica no comecinho. Depois, faz o relatório descritivo. O relatório é enviado para as escolas. Então, eles têm esse contato com o documento ali para ver como que o aluno está aqui... Como que foi essa avaliação diagnóstica. A gente faz outra avaliação. Avaliação trimestral. Também, é feito o relatório da avaliação. E, depois, também, lá no final do ano, é feito outro relatório. Enviado para as escolas também, para eles saberem como que está, né? Além das visitas, também é feito um relatório, um documento que é enviado. E, geralmente, as escolas não enviam um documento para gente, não. Mas, é esperado que elas enviassem, né?. Mas, acho que tem duas escolas que costumam mandar.

As outras não mandam nada de relatório, não. [...] Depois de muita reunião, geralmente, a Prefeitura chama para algum evento que as meninas vão. E, a gente também, esse ano, fez uma parceria legal. Porque o nosso Seminário de Autismo, a Secretária de Educação liberou todos os profissionais[...]. O nosso público maior foi da rede municipal (Coordenação geral – Apae Santa Maria de Jetibá).



Ele brinca, se diverte muito na escola. Tem a cuidadora só para ele. E tudo isso também é aprendizado. É aprendizado. E ajuda ele bastante. Eu gosto também que ele vai para escola (Coordenação geral – Apae Santa Maria de Jetibá).

Os excertos sinalizam que existe parceria com as escolas comuns, porém ainda precisa ser mais intensificadas e com mais frequência, haja vista que é preconizado no edital pelo menos duas visitas por ano às escolas. Como acreditamos no trabalho do sujeito integral e na complementariedade do atendimento educacional especializado é de suma importância uma relação mais estreita com as escolas para um espaço troca e aprender com o outro e o sujeito ser olhado em sua totalidade. Mais urgente ainda com a indicação para a realização do Estudo de Caso para a elaboração do Plano do Atendimento Educacional Especializado. Podemos nos perguntar: como se dará o estudo de caso de uma criança ou um estudante que é atendimento no contraturno no Centro de Atendimento Educacional Especializado? Como se dará essa rede e essa ponte se ainda as relações não estão sólidas para potenciais trocas de saberes?

Ou seja, observa-se esforço das equipes em reorganizar as visitas por região, otimizando deslocamentos e ampliando o número de escolas atendidas. Ainda assim, os dados indicam que a frequência mínima prevista em edital nem sempre é alcançada. Além disso, destaca-se que o fluxo de comunicação nem sempre é bidirecional, uma vez que as escolas nem sempre encaminham devolutivas formais às Apaes.

Esse cenário evidencia a necessidade de fortalecimento institucional da articulação intersetorial no campo educacional. A realização do Estudo de Caso e a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado podem ficar fragilizadas caso não haja uma articulação mais sistemática entre CAEE e escola comum, sobretudo considerando que o estudante é atendido em regime complementar.

Seguindo com os resultados e com as discussões dos dados passamos a apresentar as práticas pedagógicas e como funcionam os atendimentos no CAEE. No que se refere às práticas pedagógicas, os dados evidenciam planejamento individualizado, organização por pequenos grupos e acessibilidade curricular conforme escolaridade, faixa etária e especificidades da deficiência:

O nosso atendimento, professor não planeja para aquela aula. Ele planeja individualizado de cada um. Por isso que a professora, todas as semanas, ela senta. Porque, às vezes, ela dá alguma atividade para aquele aluno e aquele aluno, ele não... Ele não supriu aquela necessidade. Então, o professor, ele está sempre ali. Individualizado de cada um. A gente tem essa conversa com a escola. A gente faz visitas às escolas. Mês passado e retrasado, eu passei visitando as escolas, conversando com as professoras. Geralmente, as nossas professoras também vão para está fazendo essa ligação, essa troca com as escolas (Educação – Apae Guarapari).

Então, é um desafio. O autista nível suporte três ou até a pessoa com deficiência intelectual mais severa. É um grande desafio, sim. Para fazer um trabalho em grupo. Ele mais individualizado, a gente começa. Faz uma adaptação para depois inserir ele no grupo.

E, às vezes, um caso aqui nosso, um menino com síndrome de Down. Além de ter uma deficiência intelectual severa, eu, para falar a verdade, foi um desafio que... Ele despertava um comportamento de que a gente tinha que dar atenção para ele. (Educação - Apae Cachoeiro de Itapemirim).

E nessa sala a gente atende duas horas, duas vezes na semana. Então, são quatro horas semanais, duas horas todos os dias. E essas salas a gente tem cinco alunos. E ali a gente trabalha com o concreto. A estimulação no caso, as meninas no meu caso são diferentes. Eu trabalho com nível de suporte dois e três de autismo. E as outras meninas nível de suporte um. Então, a estratégia delas são diferentes das minhas. Então, ela pode trabalhar com folhinha. Tem mais dinâmica a aula dela. No meu caso é mais estimulação, porque eles não aceitam papel... Tinta, então, na maioria, com sensibilidade, a gente textura, não gosta.

Então, o meu trabalho é um pouco diferente das meninas. Trabalho com lúdico. Trabalho alfabetização, tudo. Mas, tudo através dos jogos, com coisas que... do interesse deles. Mas, ela segue uma programação. Tem temas que são trabalhados. Conforme a escola comum. Trabalho as artes comemorativas, no caso. As artes comemorativas e também um pouco do currículo. Só que de uma forma diferente. Nós não temos obrigação no currículo, mas nós trabalhamos o currículo da escola para estar ajudando aquele aluno. Igual agora, esse mês é do meio ambiente. Elas estão trabalhando do meio ambiente lá com eles. Na escola também vai se trabalhar meio ambiente. A professora está trabalhando multiplicação. Na escola vai aprender. Só que na escola eles vão fazer folhinha. Ela não é diferente, entendeu? São mais lúdicas. Ela fez uma pescaria, que eles tinham que pescar e tirar o peixinho e multiplicar ali no quadro e escrever. Entendeu? Então, é de uma forma mais lúdica. A criança vai aprender brincando. Trabalhar as habilidades e as especialidades dele para ele estar preparado para mundo lá fora (Educação - Apae Guarapari).



Até falei que a professora aproveitou que tinha aquele tema do dia da água. E aí, ela estava trabalhando com umas gotinhas de água que eu achei muito bacana. E dentro das gotinhas de água, ela colocou as sílabas. E são várias sílabas, em cada gotinha tem uma sílaba, porque ela está trabalhando com os alunos de 4° e 5° ano. E eles tinham, a minha professora aqui é a professora Rebeca, e eles tinham que montar palavrinhos. Aí ela determinava, ó, palavrinhos com duas sílabas, palavrinhos com três sílabas. E aí, primeiro, ela fez toda uma atividade com eles no concreto. Que eles falavam as palavrinhos, ela copiava no quadro a junção, ela juntava as gotinhas e depois ela fazia a cópia no quadro. E depois ela deu uma atividade por escrito para eles poderem estar trabalhando ali. Então, aí já a turma maior, a professora, como eles já estão na fase do Ensino Médio, aí eles estão com esse negócio de divisão, né? Porque tem as equações, tem as frações. Aí ela trabalhou o bingo dos números, e aí dentro do bingo, né? Ela falava bem assim, aí ela começou com a soma. Quanto que é 13 mais 13? Lógico que eles têm também o material concreto. Aí 26, então só podia marcar quem tinha 26 na cartela. Então a gente tenta, lógico que uns não dão conta (Educação – Apae Cariacica).

Eu peço que respeite, dentro da faixa etária também da idade e da escolaridade, até na montagem das atividades, que tomem cuidado para não ser muito infantilizado. Eu não vou colocar para um aluno que está no ensino médio, uma atividade lá para poder contar as maçãs, aí colocar maçã colinha com boquinha, porque essa não é a realidade dele lá no Ensino Médio. Então, a gente procura estruturar o trabalho assim, olhando a escolaridade, que já é uma coisa que vai vir no edital agora, então esse ano nós reformulamos por isso, e também a partir das especificidades de cada necessidade, e aí as atividades têm que ser adaptadas. Eu tenho um professor, eu tenho para um atendimento, ela tem cinco alunos, que ela pode ter no máximo cinco alunos por turma, que ela tem que fazer cinco atividades diferentes, porque depende muito, eu falo do nível de aprendizado que está cada um (Educação – Apae Cariacica).

Eu faço trocas, mas eu trabalho uma rotina de atendimento. A turma dos pequenos, ela começa com uma roda, tem a musicalização. A gente não foge um pouco da escola para fazer a sua organização, porque aí a gente tem também que é uma organização que vai dentro da escola. Então, se eu estou aqui trabalhando naquele grupo de 4 ou 5 de musicalização. A mesma proposta que ele tem lá, mas aqui é diferenciada a nossa proposta no concreto. Eu estou mostrando tudo para ele (Educação – Apae Cachoeiro de Itapemirim).

Às vezes tem um que ela vai trabalhar um poema, que dentro do português, oitavo ano, nono ano, primeiro ano eles trabalham muito questão de literatura, aí vai trabalhar um poema, mas um consegue fazer uma interpretação do poema, então aquele vai fazer a interpretação, o

outro vai se trabalhar o poema, mas ele vai pintar as vogais encontradas no poema, então a gente pede sempre para poder ter muito esse cuidado mesmo, de olhar para não infantilizar, que eu acho que é uma das maiores críticas, eu acho que tem nas Apaes, que infantiliza muito essa questão, principalmente do adolescente, então a gente tem muito cuidado, tanto que as nossas atividades aqui na Apae Cariacica, desde quando eu entrei, não se pode simplesmente imprimir da internet, imprimir do jeito que imprimiu e entrega, não, as atividades elas têm que ser montadas de acordo com o aluno, não é só chegar da internet e tirar, que ela faz essa atividade, então tem uma matriz do direitinho e eles montam essas atividades, mas sempre partindo do concreto para o abstrato (Educação – Apae Cariacica).

Observamos avanços significativos no trabalho desenvolvido no âmbito do atendimento educacional especializado, visto que é levado em consideração a necessidade específica do sujeito e o acesso ao currículo por meio de metodologias individualizadas. Levam-se em conta a acessibilidade curricular e recursos variados para que a pessoa com deficiência em idade escolar possa complementar o currículo comum. Percebemos forte ênfase na acessibilidade curricular, no uso de recursos concretos, no lúdico como estratégia pedagógica e na transição do concreto para o abstrato. Também se destaca a preocupação com a não infantilização de adolescentes e jovens.

Os dados indicam um movimento consistente de superação do modelo clínico centrado na deficiência para um modelo pedagógico voltado à aprendizagem, à autonomia e ao acesso ao currículo comum. As atividades são adaptadas individualmente, respeitando níveis de aprendizagem e articulando-se, quando possível, aos conteúdos trabalhados na escola comum.

Vale destacar que as Apaes estudadas têm buscado avançar nas metodologias e nas práticas pedagógicas, conforme evidenciam os excertos. Porém, é necessário acompanhar de perto as demais Apaes para garantir práticas educacionais que coadunem com as legislações vigentes e que o diálogo com a escola comum seja mais frequente e articulado. Não podemos esquecer do investimento em formações continuadas pautas em práticas pedagógicas inovadoras e que garantam a acessibilidade curricular. Que o modelo clínico de atendimento seja superado em prol do atendimento pedagógico no contexto do CAEE.

De modo geral, observam-se avanços significativos no âmbito do Atendimento Educacional Especializado nas Apaes estudadas. Destacam-se:



Transição do modelo assistencialista para uma



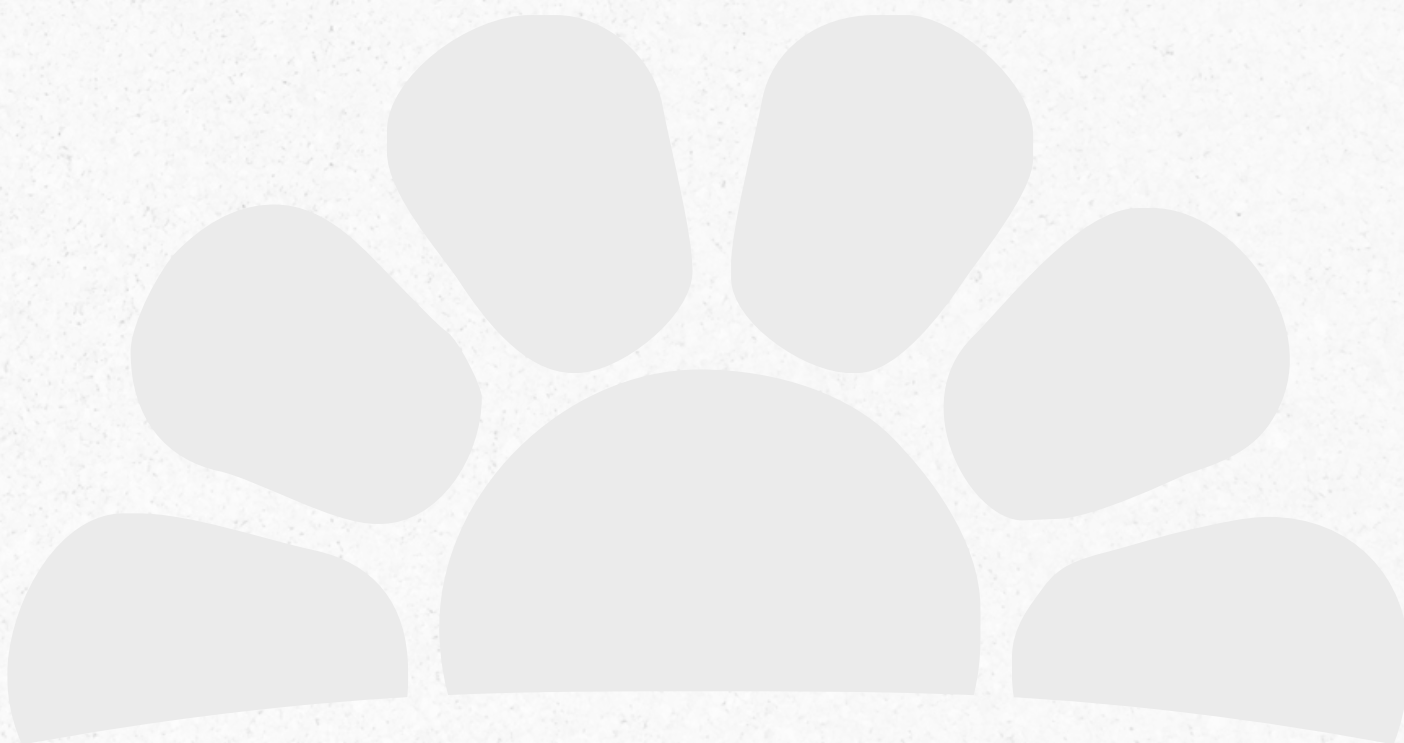
perspectiva pedagógica e emancipatória;

- ☀️ Influência positiva da gestão institucional na organização do trabalho;
- ☀️ Investimento em formação continuada;
- ☀️ Planejamento individualizado e cuidado com acessibilidade curricular;
- ☀️ Esforços de articulação com a escola comum.

Entretanto, os dados também evidenciam desafios, especialmente no que se refere à frequência das visitas escolares, à consolidação de uma comunicação mais sistemática com as escolas comuns e ao acompanhamento das práticas nas demais Apaes da rede.

Os estudos de Alves (2018), Andrade (2019), Marmontelo (2022) e Lopes (2019) corroboram os achados deste relatório ao sinalizarem que ainda há necessidade de fortalecimento do trabalho articulado e colaborativo entre escolas comuns e Centros de Atendimento Educacional Especializado.

Assim, esta categoria evidencia que, embora haja avanços consistentes nas práticas pedagógicas e na organização do AEE, o fortalecimento da articulação interinstitucional e o investimento contínuo em formação permanecem como eixos estratégicos para o atendimento educacional especializado nos CAEEs.



5.2. INTERSETORIALIDADE EM FOCO: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO INTERSETORIAL, AÇÕES INTERSETORIAIS, POTENCIALIDADES E DESAFIOS.

Nesta categoria apresentamos como se organiza o trabalho intersetorial nas Apaes estudadas, destacando as principais ações desenvolvidas, suas potencialidades e os desafios identificados a partir das entrevistas realizadas.

A partir das entrevistas, foi possível identificar avanços na organização interna das Apaes no que se refere à superação de um modelo assistencialista e à construção de práticas mais articuladas entre os setores. Os estudos de Artuso (2021) e Andrade (2019) apontam para a importância do trabalho intersetorial desenvolvido nas instituições especializadas.

A coordenadora geral da Apae de Vila Valério pontua que:

Antigamente éramos considerados um depósito de pessoas com deficiência. Também era um depósito de pessoas prestes a se aposentar. Profissionais cedidos pelo município. Que quando já estava dando problema em escola. Alguma coisa. Ah, manda para Apae. Porque ele já está perto de aposentar. Então como se a Apae fosse de pouca importância. E pudesse receber todos esses profissionais que ninguém mais queria. E hoje nós temos autonomia de carteira assinada. Eu sou a única profissional cedida pelo município (Coordenação geral – Apae Vila Valério).

O excerto evidencia uma mudança estrutural significativa: a autonomia na contratação de profissionais fortalece a identidade institucional e cria condições mais favoráveis para a consolidação de práticas intersetoriais. A profissionalização da equipe aparece como elemento central para a reorganização do trabalho e para a superação de uma lógica de “destino final” de profissionais e usuários.

Outro aspecto recorrente nas falas refere-se à organização do fluxo de atendimento, cuja porta de entrada é o Serviço Social. Essa prática foi unânime nas Apaes pesquisadas, indicando um movimento de organização institucional e de centralidade do acolhimento como eixo estruturante.

Sobre a questão do acolhimento como você falou, a porta de entrada do serviço aqui é o serviço social. Passa primeiro pelo serviço social. E, neste momento, a gente tem feito o quê? As famílias nos procuram, tendo elas, laudo ou não, vem aqui da secretaria. Olha, eu venho porque meu filho é um pouco diferente, não estou sabendo lidar, mas não tenho laudo ainda, o que eu faço? E aí a gente acolhe essa família. Nós temos um grupo de acolhimento. A gente faz uma vez por mês. Estava sendo feito quinzenalmente, mas estava bem difícil, porque, assim, a gente tem uma psicóloga para fazer esse serviço junto com assistente social, e a gente colocou mensal. E aí as famílias passam pela gente, a gente faz o acolhi-

mento amplo. Ultimamente tem vindo 20 pessoas. Todo mês a gente tem entre umas 20 e 15 pessoas. E, neste momento, nós não temos vaga em nenhum serviço. Nós não temos vaga tanto na saúde, muito menos na saúde, na assistência e na educação (Educação – Apae Guarapari).

Eu sou a Rebeca, assistente social. Eu apoio as famílias que chegam aqui, independente se tem laudo ou não, a fim de uma orientação. Caso tenha um laudo, a gente faz o acolhimento, mas se tem laudo faz o acolhimento e já é direcionado para as áreas, se é para a área da saúde, se é para a área da educação, se é para o serviço de convivência. E aí, havendo vaga nesse serviço, a gente convida a família para fazer a triagem. Aí nessa triagem participa eu, a Lucimar enquanto coordenadora da saúde, a Samela enquanto pedagoga e a Élide quanto fisioterapeuta. Aí nessa triagem a gente faz a avaliação junto com a família, sem o usuário. A gente conversa com a família para entender sobre a gestação, como que foi o parto, o desenvolvimento dessa criança. E aí depois a gente convida a criança ou o usuário e a gente faz uma avaliação mais na área pedagógica, que é onde a Samela utiliza os instrumentos dela para ver qual o nível de aprendizado. Querendo ou não, está junto o olhar do psicólogo e está junto o olhar do fisioterapeuta. Aí depois dessa triagem a gente fecha com um relatório descritivo. É, das habilidades que a gente identificou, as dificuldades também. E aí a gente, por exemplo, se ele precisa do AEE, tem idade, tem vaga, então a Samela já encaminha esse relatório para a professora (Assistência Social – Apae Vila Valério).

Às vezes, é mesmo questão de consciência de direito. O Serviço Social tem feito um trabalho brilhante nessa área, e depois do Apae. Tem feito um trabalho fantástico com essas famílias, porque são famílias que muitas das vezes se encontram em determinadas situações por falta de orientação dos seus direitos (Coordenação geral – Apae Cariacica).

As falas demonstram que o acolhimento não se restringe a um atendimento inicial burocrático, mas configura-se como espaço de escuta, orientação e triagem técnica compartilhada. A presença de diferentes profissionais na triagem sinaliza uma prática que ultrapassa o encaminhamento isolado e aponta para uma construção coletiva do plano de atendimento. Os dados revelam que a intersectorialidade interna também se articula à garantia de direitos, ampliando a compreensão do atendimento para além da dimensão clínica ou pedagógica.



Em relação como tem se organizado as ações intersetoriais, a Apae de Vila Valério destaca-se pelo trabalho colaborativo e pelo planejamento conjunto entre os setores. As Apaes também têm apostado nos Estudos de Casos e na parceria entre os profissionais de diferentes áreas, conforme podemos observar nos excertos abaixo:

A gente vê a turma, precisa de fisioterapia, de fono, a gente senta com a fonodólogo, com a fisioterapeuta, passa toda a demanda dessa família, dessa criança e se ele vai para as oficinas ou não. Então aí já começa o nosso trabalho enquanto equipe com essa família e com esse usuário. Aí depois que eles estão inseridos, por exemplo, aconteceu alguma demanda na sala, a professora comunica a Samela e a Samela me comunica ou na área da saúde. Então, a gente sempre está se comunicando. Olha, fulano de tal relatou isso na sala, vamos tentar entender o que está acontecendo? Aí eu converso com a família, convido aqui ou a gente vai na casa para tentar entender o que está acontecendo com aqueles relatos ali. E o que a gente também pode fazer enquanto equipe profissional. Porque independente da área que ele está, mas a gente sempre busca zelar por essa articulação. Até porque, quando eu entrei aqui na Apae, não tinha um psicólogo para a área de assistência e outro para a saúde. Então, eu acabava me revezando um pouco. Agora a gente teve a contratação da Karielle recente, que ficou mais direcionado para a Rebeca e as famílias. Mas ainda assim, eu fiquei mais na parte clínica, mas ainda assim a gente está articulando. Ah, tem uma demanda que a gente está vendo lá da saúde, passo para a Rebeca ou então alguma coisa. Então, a gente está sempre se falando, a gente está sempre sabendo [...] O segredo acredito que é não dividir a criança em três partes. (Assistência Social – Apae Vila Valério).

Eu sou coordenadora da saúde e estou como psicóloga clínica ali no caso, nessa parte mais direcionada dos atendimentos clínicos. Mas ao mesmo tempo eu estou sempre em articulação na educação, a gente se ajuda, depois eu vou lá com a Rebeca. Então assim, a gente tem os nossos papéis principais e a nossa principal função, mas ao mesmo tempo sempre que possível. Não tirando a prioridade da nossa função principal, mas a gente também está sempre articulando, se ajudando. É igual uma família mesmo, sabe? Que você está ali fazendo aquilo



que você precisa fazer, mas se alguém precisou, você sentiu o desejo de colaborar, que não te prejudique aqui, você vai lá. É uma outra coisa que a gente tem até feito com mais frequência, esse ano principalmente, que até o ano passado, depois que terminou o projeto do Pronas, a gente estava sem uma fono. Aí só tínhamos uma e a demanda sempre grande. Aí depois que a Fátima chegou, que é a outra fonoaudióloga mais recente, a gente tem feito, eu principalmente, tenho feito muitos trabalhos em parceria com ela (Saúde – Apae Vila Valério).

Então, assim, a gente faz o mesmo horário de 30 minutos juntas, que enquanto uma está atuando, a outra está direcionando, e muitas crianças, depois que a gente começou a fazer essa prática, que viabilizou as duas coisas, tanto a vaga, como principalmente a evolução, ó, foi boom de desenvolvimento mesmo. É uma coisa que a gente tem feito bastante, né? E a gente tem, igual eu, bastante atendimento com a Fono, tem com a outra Fono também, uns três pacientes, com a outra fisioterapeuta, a Manu eu ainda não tenho nenhum, mas a gente está sempre conversando sobre os meninos também, porque a gente tem pacientes em comum. Então, eu acho que é uma coisa muito válida, assim, não deixa de ser uma condição de promover o desenvolvimento da criança (Saúde – Apae Vila Valério).

E nesse início de janeiro, a gente já faz os trabalhos internos para a recepção dos alunos, né? Que é onde as áreas vão para juntar, para montar nosso plano de trabalho, cada área tem o seu plano de trabalho. Nessa junção do plano de trabalho, nós temos também o plano estratégico. O plano de trabalho da educação, o plano de saúde, da assistência, e onde a gente tem o planejamento, o plano estratégico (Coordenação geral – Apae Vila Valério).

Harmonia entre equipe faz toda a diferença [...] (Educação – Apae Vila Valério).

Os excertos evidenciam uma compreensão integrada do sujeito, evitando a fragmentação por especialidades. A expressão “não dividir a criança em três partes” sintetiza a concepção de intersetorialidade como prática cotidiana e não apenas como discurso institucional. Além disso, a realização de planejamentos conjuntos e a construção de plano estratégico indicam uma institucionalização da articulação entre áreas, fortalecendo a governança interna.

Nas demais Apaes, observa-se um movimento de transição entre um modelo multidisciplinar – em que cada área atua de forma relativamente autônoma – e um modelo intersetorial mais integrado:

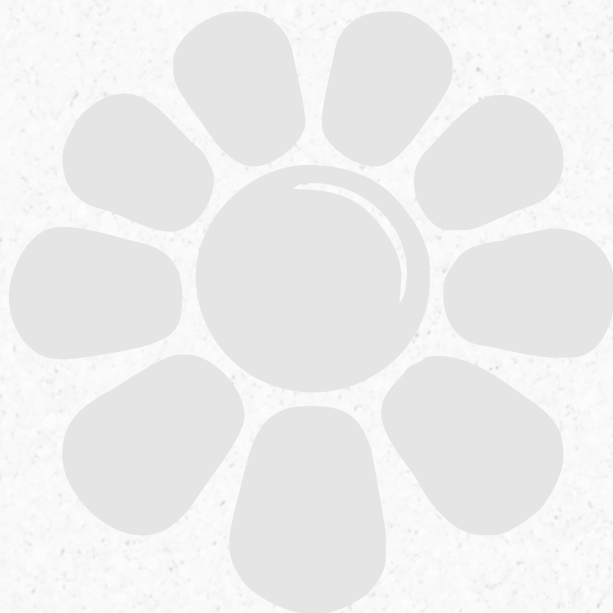
A gente faz o planejamento anual. No início de todo ano a gente faz o planejamento. A gente senta. A gente reúne eu e a fisio para ver a questão de quem vai permanecer nos atendimentos. Quem a gente já consegue dar alta. Isso inicial-

mente, né? Eu montava um plano terapêutico. E aí cada uma na sua área vai fazendo os atendimentos. São atendimentos semanais. Toda semana eles têm um atendimento com a fono e a fisio (Assistente Social – Apae Guarapari).

A logística de planejamento interna, quando nós precisamos, é porque tem determinados atendidos que ele não passa pelas três áreas, assistência, saúde e educação. Quando é um assistido que é só de uma área determinada, o estudo de caso é feito só dentro daquele setor. Quando acontece de ter assistido, né, assistidos que passam pelas três áreas, aí conforme a gente vai vendo a necessidade, a gente marca um estudo de caso onde participa os três setores, assistência, saúde e a educação. E aí, geralmente, a gente não tem um dia muito fixo para gente fazer, porque dependendo do estudo de caso, a gente precisa também da presença do médico. Aí a gente tenta conciliar que o estudo de caso seja no dia que o médico está na instituição para que o médico possa participar também com a gente. Mas assim, algumas vezes a gente tenta fazer o estudo de caso só nós, os técnicos e os profissionais. Aí quando nesse estudo de caso, a gente detecta, observa que tem a necessidade também que esse estudo de caso seja levado ao médico, precisa da participação de uma orientação, de alguns dos nossos especialistas, aí a gente marca de acordo com a agenda do médico. A gente vê um dia que ele tem um menor número para ser atendido, um dia que a agenda dele ainda não foi toda comprometida (Coordenação geral – Apae Cariacica).

Esse trabalho que a gente faz intersetorial, dentro da Apae, também tem nos ajudado muito, porque eu não estou trabalhando de uma forma isolada. O meu trabalho é conhecido pela assistência e é conhecido pela saúde. Então, aquele público que eu, enquanto educação, não consigo alcançar, a assistência consegue e mais a saúde consegue. Então, acho que também essa forma da gente conseguir, eu acho, mostrar o nosso trabalho fez toda a diferença. É o mostrar e as orientações, porque antes era uma coisa muito individualizada. Então, depois quando a gente começou o trabalho intersetorial interno, nós percebemos que isso foi, eu acho que foi assim, foi o pilar (Educação – Apae Cariacica).

É, a gente faz as discussões de casos. Então, a gente tem mensal, a gente tem um cronograma. Então, a gente leva aqueles casos mais complexos. Aqueles que não dá para levar todos.



Atendemos setenta e três crianças. Então, não dá para levar todos. Então, a gente leva aqueles casos mais complexos. Aí, desses setenta e três, esses alunos são mais comprometidos ou não que são atendidos. Assim, de grau de deficiência, nível de suporte, por exemplo, se for autismo, suporte dois e três, são os casos mais pontuados (Coordenação geral – Apae de Santa Maria de Jetibá).

Os estudos de caso. A gente sempre tenta fazer um de três em três meses coletivo, trimestral, que aí a gente elabora as ações, aplica naquele trimestre, aí nós nos reunimos, aí a gente acompanha naquele trimestre, aí a gente marca, geralmente, trimestral para gente poder conseguir ter um acompanhamento mais efetivo. Porque, às vezes, só em um mês a gente não consegue obter o resultado que a gente precisa (Coordenação geral – Apae Cariacica).

Temos também mais desafios. E nós, enquanto coordenadores, orientar os profissionais a essa mudança. Para que eles aceitem e entendam que é necessário para a melhoria do trabalho que a gente está vendo. Porque nós temos profissionais aqui muito antigos. Nós temos profissionais com mais de 10, 15 anos de instituição. Profissionais com mais de 20, até. As pessoas dizem assim, eu sempre fui assim, eu sempre fiz assim. E agora tem a mudança, de aceitar a mudança, o novo (Coordenação geral – Apae Cariacica).

Podemos observar mudanças na Apae de Cariacica que antes o trabalho era individualizado por área e que atualmente realizam Estudos de Caso trimestralmente, embora ainda encontrem-se resistência de profissionais pela mudança de perspectiva e de práticas. Esse dado evidencia que a intersectorialidade não depende apenas de estrutura organizacional, mas de mudança cultural e formativa dentro das equipes.

Em outras Apaes percebemos ações pontuais de trabalho colaborativo e de ações intersectoriais dando a entender que o trabalho ainda é setorial em processo de transição para intersectorialidade. Em outras palavras, embora ainda existam delimitações setoriais mais marcadas, os estudos de caso aparecem como estratégia concreta de articulação, especialmente nos casos mais complexos. A periodicidade trimestral ou mensal das reuniões demonstra esforço institucional de acompanhamento sistemático.

Passando agora evidenciar os desafios encontrados no processo de trabalho intersectorial. Os desafios identificados concentram-se, sobretudo, em três eixos: escassez de profissionais, limitações financeiras e alta demanda das famílias pela área clínica. Podemos observar que a falta de recurso se destaca como um dos principais desafios para contratação de profissionais, a falta de profissionais para serem contratados, como fonoaudiólogo e terapeuta ocupacional e outro ponto é o destaque para a área clínica em detrimento da área da Educação quando o assunto é demanda das famílias em procurar o atendimento nas Apaes:

A gente estava com dificuldade por causa de vaga, muitas crianças precisando. O psicólogo e o fono é das maiores demandas. Aí tem a fisioterapia também, lógico, né? A maior demanda dos médicos, neuropsiquiatra, é tudo fono e psicólogo (Saúde – Apae Vila Valério).

Então, hoje, no momento, a nossa maior dificuldade é a questão de espaço. Porque a gente não consegue. A gente está com 105 pessoas na lista de espera (Assistente Social – Apae Guarapari).

Então, esse pediatra, né? Só que o que eles mais precisam é o psiquiatra, é o neurologista. É. Que é uma situação que está difícil para o município mesmo. Nós não temos. Não tem município. Não tem. Não tem em lugar nenhum. A gente chegou a fazer um projeto uma vez e a gente teve que devolver recursos porque a gente não conseguiu um T.O. E o que o T.O. cobra também... É altíssimo. É altíssimo. Não tem profissional. Eles cobram lá nas alturas. Isso e eles preferem ir para as clínicas, né? Então, assim... Não tem como a gente competir com a clínica, né? Sim. O valor é lá em cima. É. E aí a gente não tem a T.O. Então, assim... Para as famílias que estão na lista de espera, para as famílias que nos procuram, esse é o serviço que a gente tem para ofertar no momento, esse apoio às famílias, assessoramento de direitos. A gente tem um grupo, Laços, como elas falaram, né? Falaram muito bem. Espero que dessas que falaram estão vindo porque também é a luta para essas poesias aqui. A gente tem esse Laços, hoje mesmo que está acontecendo, né? É feito pela assistente social e pela psicóloga. Também é um momento de troca ali, né? Onde elas conversam entre elas (Assistente Social – Apae Guarapari).

Não posso contratar. Porque eu estou esperando eles repassarem o recurso. Então tem essa dificuldade. São desafios aí. Desafios financeiros. E na saúde também. É uma equipe mínima da mínima da mínima. Tem uma fono e uma fisio [...] E aí a gente tem uma lista de espera muito grande. Devido a esse aumento que está tendo cada ano mais. E a gente não tem como atender. Não tem. A minha agenda está completa. Então, a gente não tem. (Assistente Social – Apae Guarapari).

Realmente a questão financeira a gente não... Nesse momento se a gente colocar numa escala financeira vem lá em cima. E a gente não tem parceria alguma. Fizemos o projeto. Estamos aguardando aí. Esse ano com a nova administração que entrou o prefeito Novo, nós estamos super satisfeitos porque ele nos recebeu. Já tinha oito anos que o prefeito não recebia (Assistente Social – Apae Guarapari).

A nossa maior dificuldade na parte clínica, nós temos um contrato com a Prefeitura de Cariacica para área da saúde, nós temos a verba para pagar o profissional, mas hoje a gente está num entrave muito grande, nós não estamos conseguindo contratar nem fonoaudiólogo e nem terapeuta ocupacional. Desde o ano passa-

do, nós estamos com vagas em aberto, estamos fazendo publicação em grupos de WhatsApp, não estamos conseguindo, né, então, isso hoje, assim, tem sido um pouquinho um entrave para poder, a continuidade, às vezes, de alguns atendimentos aqui na APAE, não é a falta do recurso, é a falta do profissional, que hoje nós não temos (coordenação geral – Apae Cariacica).

E os principais desafios, assim, para uma rede intersectorial funcionar? Os principais desafios seriam de gestão. Então, como eu te falei, a nossa Apae, ela estava numa situação assim, né? Até 2023, muito caótica. Do ponto de vista de gestão. De gestão mesmo. E lógico que isso atingiu os recursos. Então, com isso, com a nova gestão, a gente, vamos dizer, voltamos para o mundo da rede. Eu acho que a gente voltou a trabalhar no caminho certo (Coordenação geral – Apae Cariacica).

A gestão aparece como fator determinante para o fortalecimento da intersectorialidade. Onde há reorganização administrativa, planejamento estratégico e liderança alinhada à perspectiva de rede, percebe-se maior articulação entre setores.

Quanto às possibilidades, embora os dados evidenciem desafios estruturais – como escassez de profissionais, aumento da demanda e limitações de gestão – as entrevistas também revelam importantes possibilidades para o fortalecimento do trabalho intersectorial nas Apaes pesquisadas.

Uma primeira possibilidade refere-se à consolidação do Serviço Social como porta de entrada institucional. O acolhimento estruturado, com participação de diferentes áreas na triagem, constitui base concreta para o planejamento integrado dos atendimentos. Essa prática favorece a construção de planos individualizados mais alinhados às necessidades das famílias e amplia a articulação entre Educação, Saúde e Assistência Social.

Outra possibilidade identificada diz respeito à institucionalização dos estudos de caso e das reuniões periódicas entre setores. Mesmo quando ainda não ocorre de forma sistemática em todas as unidades, a existência desses espaços demonstra potencial para o aprofundamento da cultura colaborativa, fortalecendo decisões compartilhadas e reduzindo a fragmentação das intervenções.

Destaca-se também a autonomia administrativa observada em algumas Apaes, especialmente no que se refere à contratação direta de profissionais e à elaboração de planos estratégicos. Essa autonomia cria condições favoráveis para reorganização interna, definição de fluxos e alinhamento das ações institucionais às diretrizes da rede de proteção social.



A presença de planejamento anual por áreas, articulado a um plano estratégico institucional, representa outra potencialidade relevante. Quando integrado, esse planejamento pode se constituir como ferramenta de gestão para promover metas intersetoriais comuns, favorecendo maior coerência entre objetivos pedagógicos, clínicos e sociais.

Além disso, os próprios desafios apontados pelas equipes – como a necessidade de superar resistências internas e ampliar a comunicação entre setores – revelam consciência institucional sobre a importância da intersectorialidade. Esse reconhecimento é, por si só, uma condição favorável para o avanço das práticas colaborativas.

Por fim, a experiência acumulada das equipes técnicas, aliada à demanda crescente das famílias por atendimentos integrados, evidencia um cenário propício para a ampliação do diálogo com a rede externa (Saúde, Assistência Social, Educação e Sistema de Garantia de Direitos), fortalecendo a atuação das Apaes como instituições estratégicas no território.

Assim, as possibilidades identificadas apontam que o fortalecimento do trabalho intersectorial não depende exclusivamente da ampliação de recursos, mas também da consolidação de práticas já iniciadas, do investimento em gestão integrada e da formação contínua das equipes.

Os dados indicam que as Apaes estudadas encontram-se em diferentes estágios de consolidação do trabalho intersectorial. Em algumas unidades, a articulação entre Educação, Saúde e Assistência Social já se configura como prática estruturada, com planejamento conjunto e estudos de caso sistemáticos. Em outras, o trabalho ainda apresenta características predominantemente setoriais, embora com movimentos claros de transição.

A intersectorialidade interna tem se mostrado fundamental para:

-  Qualificar o atendimento às pessoas com deficiência;
-  Evitar a fragmentação das ações;
-  Ampliar a garantia de direitos;
-  Fortalecer a identidade institucional das Apaes.

Entretanto, sua consolidação depende de condições estruturais (recursos e profissionais), de gestão qualificada e de investimento contínuo em formação e mudança de cultura organizacional.



5.3. PÚBLICO ASSISTIDO PELAS APAES: IDENTIFICAÇÃO, PERCEPÇÕES E IMPACTOS

Acompanhando os dados nacionais que evidenciam um aumento significativo no número de crianças, jovens e adultos diagnosticados com o Transtorno do Espectro Autista podemos observar pelos relatos das profissionais entrevistadas que nas Apaes atualmente o autismo é o maior número de atendidos, sobretudo no CAEE. Historicamente a deficiência intelectual e múltipla era o maior público das Apaes. Os excertos abaixo nos evidenciam tais dados:

Autismo. Então, assim, é uma procura muito grande. Hoje as pessoas estão recebendo diagnóstico de autismo com 2 anos, já está com laudo, já procura, a gente já com laudo na mão, com 2 anos de idade (Educação – Apae Guarapari)

Sempre maior número de matrículas foram em alunos com deficiência intelectual. Agora já mudou. Agora o maior número é autista. Autista (Educação – Apae Guarapari).

Até então a gente atendia pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas e transtorno global do desenvolvimento. Mas, esse transtorno global do desenvolvimento era o público mínimo que a gente atendia aqui. Agora não, de um tempo para cá é o público máximo (Educação – Apae Cariacica).

Porque se for um assistido que tem uma deficiência, principalmente hoje o autista no nível de suporte 2 e 3. E aí, hoje, só na educação, nós temos 230 autistas, só na parte da educação. Isso que eu fiz no levantamento são 230, só no CAEE são 230. De 320 alunos, 230 são autistas hoje aqui no CAEE (Educação – Apae Cariacica).

Porque o nosso Seminário de Autismo, a Secretária de Educação liberou todos os profissionais [...] O nosso público maior foi da rede municipal (Coordenação geral – Apae Santa Maria de Jetibá).

Sobre os impactos revelam as mudanças ao longo dos anos nas Apaes do Espírito Santo em trabalhar para a inclusão social e acompanhando as escolas comuns:

A gente vem por uma reestruturação e a outra reestruturação, mas a outra reestruturação que nós estamos pensando é nisso, porque nós temos aqui alunos que já estão no Ensino Médio e que a gente vê que a autonomia social deles já está bem estabelecida, são alunos com autonomia social de andar, que eu tenho alunos aqui que já são alfabetizados ou que eles são pré-alfabetizados, então que eles conseguem já, tipo, olhar o número de um ônibus, né, porque as professoras também fazem muito esse trabalho com os adolescentes, chega um período do ano que eu peço sempre para elas trabalharem na autonomia social com eles, conhecer onde mora, o endereço, o nome da rua, o bairro onde mora, que ônibus faz para pegar, já pensando também nessa transição, né, e aí a gente estava até

falando sobre isso ontem, que o serviço social agora ele está com um projeto de começar um trabalho de orientação ao mundo do mercado, né, mundo do trabalho, mundo do trabalho para poder já fazer esse trabalho mesmo, fazer esse trabalho de transição deles mesmo, né. E aí o serviço social estruturou um monte de coisa que precisava ser estruturada, que era assim, de extrema urgência, que estava batendo na nossa porta, que inclusive podia vir a acarretar até percas, né, de recursos, para instituição, então 2024 foi para isso, para estruturar isso, para a gente não ter essa perca e agora elas estão estruturando esses grupos mais, assim, dentro aqui da instituição (Educação – Apae Cariacica).

Inclusive, alguns alunos aprovados no IFES, né? Temos. Temos casos. Foram quatro aprovados no IFES? Quatro. Acredito. O Matias, o Fernando e a menina. É. Quatro. Aqui é do IFES de Guarapari, né? Isso, do IFES de Guarapari. Guarapari. Temos as meninas que trabalham no Extrabom, como que é o nome deles? Sim. A Milena. Milena. Também. Tem um que já foi assistir o nosso. Ele ficou 16 anos trabalhando no Extrabom. Ele saiu agora. E aí ele veio e procurou a gente. Ele falou, olha, sai do Extrabom e tal. Preciso de uma nova oportunidade. Vocês podem me ajudar. Ele é casado com uma pessoa também que já foi, um usuário nosso aqui. Tem uma vida totalmente independente. Muito bacana! (Educação – Apae Guarapari).

A gente está com um aluno que passou na UFES e a família não quis, até por preconceito, tentando infantilizar, conseguimos colocar ele no mercado de trabalho e ele, hoje, vai para o trabalho sozinho, ele é uma outra pessoa. E a gente está tentando fazer isso com outros aqui dentro, no sentido de fazer com que eles entendam que eles são cidadãos, que eles são capazes, porque a gente ouve, além desse preconceito de fora, tem muito essa questão interna também dos pais, né? Ah, ele não pode namorar porque ele é autista e o menino quer namorar (Coordenação Assistência Social – Apae Viana)

Os dados apresentados evidenciam uma mudança significativa no perfil do público assistido pelas Apaes pesquisadas, com o crescimento expressivo de pessoas com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, especialmente nos Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). Essa transformação altera não apenas o quantitativo de atendimentos, mas redefina demandas pedagógicas, terapêuticas e sociais,



exigindo reorganização institucional, formação continuada das equipes e revisão de estratégias de acompanhamento.

Se historicamente a deficiência intelectual e múltipla constituía o público predominante, observa-se atualmente um cenário em que o autismo, especialmente nos níveis de suporte 2 e 3, passa a demandar maior estrutura técnica, articulação intersetorial e planejamento individualizado. Tal mudança impacta diretamente o trabalho pedagógico, os fluxos de atendimento e a relação com a rede comum de ensino.

Ao mesmo tempo, os relatos evidenciam avanços importantes no que se refere à promoção da autonomia social, à transição para o mundo do trabalho e ao acesso ao ensino técnico e superior. A presença de estudantes aprovados em instituições como o IFES e a UFES, bem como experiências de inserção e permanência no mercado de trabalho, demonstram resultados concretos do trabalho desenvolvido pelas Apaes, ultrapassando a lógica assistencial e reafirmando o compromisso com a inclusão social e a construção de trajetórias autônomas.

Outro aspecto relevante refere-se às tensões ainda presentes no campo da inclusão, especialmente no enfrentamento de preconceitos sociais e familiares. Os relatos indicam que o trabalho institucional não se limita ao atendimento técnico, mas envolve também mediação com famílias, orientação quanto aos direitos e fortalecimento da identidade cidadã das pessoas com deficiência.

Assim, os impactos identificados revelam que as Apaes do Espírito Santo vêm passando por um processo de reestruturação contínua, buscando alinhar suas práticas às demandas contemporâneas do público atendido e às diretrizes de inclusão social. A ampliação do número de pessoas com autismo, aliada às experiências exitosas de autonomia e inserção social, evidencia tanto os desafios quanto as potencialidades institucionais para a consolidação de um trabalho cada vez mais articulado entre Educação, Saúde e Assistência Social.

Essa categoria, portanto, demonstra que a identificação do público assistido não se restringe a dados quantitativos, mas implica compreender transformações institucionais, redefinições de práticas e impactos concretos na vida das pessoas com deficiência atendidas.



5.4. QUEM CUIDA DAS CUIDADORAS? POR POLÍTICAS PÚBLICAS PARA QUEM CUIDA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Os dados revelam a urgência de políticas públicas efetivas que garantam o cuidado de quem cuida da pessoa com deficiência, no sentido de garantia de bem-estar, lazer e cuidado de si. As mulheres, em sua maioria, cuidam sozinhas dos filhos com deficiência e não possuem rede de apoio contando apenas com a escola e as Apaes para terem tempo de cuidarem da casa e de outros afazeres. São mulheres sobrecarregadas, que vivem com baixa renda, muitas vezes proveniente exclusivamente do benefício recebido pelo filho com deficiência, haja vista que não podem trabalhar em razão da necessidade de dedicação integral ao cuidado dos filhos.. E quando esses filhos não estiverem mais presentes? Como irão se sustentar? Como aprenderão um ofício?

São questões que as políticas públicas que cuidam da pasta da Pessoa com Deficiência e das Mulheres precisam levar em consideração urgentemente, visto que muitas mulheres estão adoecendo por lutarem sozinhas, por cuidarem sozinhas e por estarem sozinhas.

Elas não precisam ofertar nada, porque eu não quero fazer nada. Eu quero ficar sozinha. É o tempo de não fazer, porque eu estou aí em casa o tempo todo. É vigiando, fazendo um treino, fazendo outro, fazendo outro. Quando chega aqui, eu digo, ai graças a Deus. Não tem nada para fazer. Aí chega aqui, tem treino para fazer. Eu falo, não quero mais. As mães falaram isso para ela. Elas deixaram à vontade. Se quiser fazer, faz. Se não quiser fazer, não faz. Porque é a passada entender de uma outra forma. Eu já fiz projeto aqui que era voltado somente para as mães. Era atendimento com psicóloga. Era dança, zumba. E artes. Ninguém compareceu. E elas mesmo que pediram. Mas aí elas viram que esse momento que elas estão aqui. Elas podem estar lá no banco sozinha. Cortar um cabelo, qualquer outra coisa. Fazer a faxina. Então elas deixavam de vir (Assistente Social – Apae Guarapari).

São assistidos que entraram aqui com uma família totalmente desorganizada, porque a gente encontra famílias, porque elas vêm desorganizadas, elas vêm perdidas, e a partir do momento que a gente começa a trabalhar junto, educação, assistência e saúde, a gente



percebe que a gente não trabalha só o indivíduo. A gente consegue trabalhar a família. Então, eu acho que a importância desse trabalho conjunto é isso. É o resultado que nós temos, que nós não. E aí, quando a gente chega aqui, que a gente precisa fazer uma orientação. Nós precisamos, também, orientar essas famílias. Porque, às vezes, elas têm um certo bloqueio para poder aceitar. Porque elas já vieram com informações errôneas. Outras, também, às vezes, as famílias estão muito cansadas. Porque elas não têm, muitas delas, hoje, nós atendemos mais de 800 na APAE. E são poucas as que a gente pode sinalizar que elas têm uma rede de apoio. Ou que têm uma condição financeira que possa buscar essa rede de apoio. Porque a grande maioria aqui, das nossas famílias, são famílias em que somente a mãe é o pilar da família (Coordenação geral - Apae Cariacica).

E que vive exclusivamente do benefício. Porque não consegue trabalhar por causa dos cuidados desse filho com deficiência. Então, são famílias que estão exaustas. Elas estão muito cansadas. As mulheres, né? Sim. Então, você imagina. Então, são mulheres. Aqui nós temos histórias de mulheres que tinham sua profissão. Trabalhavam, tinham toda uma vida. E, de repente, elas têm que abrir mão disso tudo para cuidar do filho que tem a deficiência. E aí, às vezes, ela não abre mão só da vida profissional. Mas, também, ela abre mão da vida dela como mulher. Porque aí é um parceiro que não suporta e que abandona. Mas muitas também têm o parceiro, mas é um parceiro presente, ausente. Elas têm o parceiro, mas é muito ausente. E aí, esses conflitos familiares aparecem. Porque, às vezes, tem outros filhos e os outros filhos acham que ela está dando mais atenção para aquele com deficiência. Enfim, aí tem as questões sociais que acontecem dentro da família (Coordenação geral - Apae Cariacica).

Só que a gente tem a dificuldade das famílias virem, né? Por quê? Em todo o Laços. É uma dificuldade, reunião que nós temos. Eu estou tentando criar uma estratégia das famílias comparecerem mais (Assistente Social - Apae Guarapari).

Podemos perceber que as famílias, em sua maioria mulheres, clamam por apoio para cuidar dos seus filhos, clamam por cuidado para elas, como tempo de qualidade consigo mesmas, tempo para ir ao médico, cuidar de si, clamam por psicólogo por lidar com sobrecargas. O tempo em que os filhos estão nas escolas ou nas Apaes é o tempo que elas têm para elas e para cuidarem muitas vezes da casa. Excesso de oferta de atividades laborais não são atrativas para elas, pois já trabalham muito cuidando do filho com deficiência e da casa. Observamos que ações voltadas ao cuidado emocional e ao bem-estar dessas mulheres, com espaços de acolhimento, descanso e autocuidado, podem se constituir como estratégia relevante de apoio institucional. Talvez seria interessante espaço de bem-estar com poltronas, pufes grandes e de estética/beleza para descansarem e cuidarem de si.

Os dados analisados evidenciam que o cuidado à pessoa com deficiência, nas realidades investigadas, está profundamente atravessado por uma dimensão de gênero. A responsabilidade pelo cuidado recai majoritariamente sobre mulheres – mães que, muitas vezes, assumem sozinhas a organização da rotina, os acompanhamentos terapêuticos, as demandas escolares e a gestão doméstica. Tal sobrecarga repercute diretamente em sua saúde física e emocional, em sua autonomia econômica e em suas trajetórias profissionais.

Observamos que a ausência de rede de apoio estruturada e a dependência exclusiva de benefícios sociais intensificam a vulnerabilidade dessas famílias. Muitas dessas mulheres interrompem projetos pessoais e profissionais para se dedicarem integralmente ao cuidado dos filhos, o que pode gerar insegurança financeira futura e fragilização das relações familiares. O cuidado, nesse contexto, deixa de ser apenas uma dimensão afetiva e passa a configurar-se como questão social e de política pública.

Os relatos também revelam que iniciativas institucionais voltadas exclusivamente à oferta de atividades produtivas ou formativas nem sempre respondem às necessidades reais dessas mulheres. Em muitos casos, o que elas demandam é tempo de descanso, silêncio, autocuidado e escuta qualificada – aspectos que apontam para a importância de estratégias de acolhimento que considerem o esgotamento emocional e a sobrecarga cotidiana vivenciada.

Nesse cenário, as Apaes assumem papel relevante não apenas no atendimento às pessoas com deficiência, mas também no suporte às famílias, especialmente às cuidadoras. O trabalho articulado entre Educação, Saúde e Assistência Social demonstra potencial para fortalecer vínculos familiares, orientar sobre direitos e promover reorganização da dinâmica doméstica. Entretanto, os dados indicam que o cuidado às cuidadoras ainda depende de políticas públicas mais amplas, intersetoriais e sensíveis às especificidades de gênero.

Assim, esta categoria evidencia que pensar políticas para a pessoa com deficiência implica, necessariamente, pensar políticas para quem cuida. O fortalecimento da rede de proteção social, a ampliação de serviços de apoio às famílias e a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas mostram-se caminhos fundamentais para garantir não apenas a inclusão da pessoa com deficiência, mas também a dignidade e o bem-estar das mulheres que sustentam cotidianamente esse cuidado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as ações intersetoriais entre educação, saúde e assistência social voltadas à inclusão e ao desenvolvimento das pessoas com deficiência no contexto escolar e social, considerando a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado vinculados às Apaes do Espírito Santo.

Os dados analisados evidenciam que o Atendimento Educacional Especializado desempenha papel central na organização de práticas pedagógicas que favorecem o desenvolvimento dos estudantes público da educação especial, contribuindo para a ampliação de suas possibilidades de aprendizagem, autonomia e participação social. Os Centros de Atendimento Educacional Especializado também são espaços estratégicos de apoio técnico-pedagógico e orientação às famílias.

Entretanto, um dos aspectos mais sensíveis evidenciados pela pesquisa refere-se à necessidade de maior articulação sistemática entre a escola comum e os Centros de Atendimento Educacional Especializado. Embora haja reconhecimento da importância do trabalho colaborativo, a relação entre esses espaços ainda ocorre, em muitos contextos, de forma pontual, informal ou dependente da iniciativa individual dos profissionais.

A ausência de fluxos institucionais consolidados, de momentos regulares de planejamento conjunto e de acompanhamento pedagógico compartilhado limita o potencial do Atendimento Educacional Especializado como serviço complementar e suplementar à escolarização. Tal cenário indica a necessidade de fortalecimento de estratégias que garantam responsabilidade pedagógica, construção conjunta de planos de atendimento e alinhamento entre as práticas desenvolvidas na escola comum e no AEE.

No que se refere à intersetorialidade mais ampla, a pesquisa evidenciou que, embora reconhecida como princípio orientador das políticas públicas, sua efetivação ainda enfrenta desafios estruturais, tais como: fragilidade na formalização de protocolos, dificuldades de comunicação entre serviços, sobrecarga das equipes técnicas e carência de formação continuada específica para o trabalho colaborativo.

Por outro lado, foram identificadas potencialidades significativas: compromisso das equipes com o desenvolvimento integral dos estudantes; reconhecimento da necessidade de atuação articulada; experiências locais de cooperação intersetorial; e forte vínculo institucional das Apaes com as famílias e com os territórios.

Os resultados indicam que a consolidação de uma prática verdadeiramente intersetorial – e, em especial, de uma articulação efetiva entre escola comum e Centros de Atendimento Educacional Especializado – exige planejamento integrado, definição clara de responsabilidades,

institucionalização de fluxos de comunicação, investimento em formação continuada conjunta e criação de espaços permanentes de diálogo pedagógico.

Síntese dos principais resultados:

1. O Atendimento Educacional Especializado ofertado nos Centros vinculados às Apaes contribuiu significativamente para o desenvolvimento e aprendizagem das pessoas com deficiência;
2. Há reconhecimento da importância da intersectorialidade e do trabalho colaborativo para a inclusão escolar e social;
3. A articulação entre escola comum e Centros de Atendimento Educacional Especializado ainda é frágil e carece de institucionalização sistemática;
4. As ações intersectoriais ocorrem, majoritariamente, de forma pontual e dependente da iniciativa individual dos profissionais;
5. As Apaes demonstram forte compromisso institucional com a inclusão, evidenciando potencial estratégico para fortalecimento das redes territoriais.

Com base nos achados da pesquisa, apresentam-se as seguintes recomendações estratégicas:

1. Formalização de Protocolos Intersetoriais

Elaborar e pactuar, junto aos municípios, protocolos de articulação entre educação, saúde e assistência social, com definição clara de fluxos, responsabilidades e instrumentos de acompanhamento.

2. Criação de Fóruns Permanentes de Articulação

Instituir espaços sistemáticos de diálogo intersectorial em âmbito regional, envolvendo gestores e equipes técnicas, com reuniões periódicas e pautas estruturadas.

3. Investimento em Formação Continuada Intersetorial

Promover formação conjunta entre profissionais das diferentes políticas públicas, com foco em trabalho colaborativo, planejamento integrado e construção de planos individualizados articulados.

4. Sistematização e Monitoramento de Indicadores

Desenvolver instrumentos de registro e monitoramento das ações intersetoriais, permitindo avaliar resultados, identificar fragilidades e orientar tomadas de decisão.

5. Fortalecimento da Comunicação Institucional

Aprimorar estratégias de comunicação entre Centros de Atendimento Educacional Especializado, escolas comuns e demais serviços da rede, garantindo maior fluidez nos encaminhamentos e devolutivas.

6. Produção e Disseminação de Boas Práticas

Mapear experiências exitosas nas Apaes do Estado e organizá-las em materiais orientadores que possam subsidiar outras unidades.

7. Fortalecimento da Articulação Escola Comum – AEE

Instituir protocolos formais de diálogo pedagógico entre professores da escola comum e profissionais do AEE, Criar momentos regulares de planejamento conjunto e avaliação compartilhada dos estudantes, Desenvolver instrumentos padronizados de acompanhamento articulado, Promover formação continuada conjunta entre redes municipais e equipes dos Centros de Atendimento Educacional Especializado, Incentivar visitas técnicas, reuniões pedagógicas interinstitucionais e construção de planos educacionais individualizados de forma colaborativa.

Considerando os resultados alcançados, recomenda-se que o Acordo de Cooperação Técnica tenha continuidade com foco em:



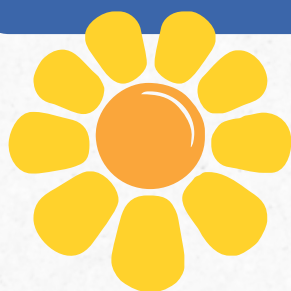
Ampliação da pesquisa para outros territórios ou aprofundamento qualitativo em experiências intersetoriais consolidadas;



Implementação piloto de protocolos intersetoriais em municípios selecionados, com acompanhamento técnico;

- 🌻 Desenvolvimento de um plano estratégico estadual para fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado, no âmbito do CAEE e das escolas comuns, em articulação com as demais políticas públicas;
- 🌻 Criação de um observatório institucional para acompanhamento das práticas intersetoriais nas Apaes do Espírito Santo;
- 🌻 Produção de relatório técnico orientador a ser compartilhado com gestores municipais e parceiros institucionais.

A continuidade do Acordo poderá consolidar os avanços já identificados, transformar desafios em oportunidades de aprimoramento institucional e fortalecer o papel da FEAPAES na defesa dos direitos e na promoção da inclusão da pessoa com deficiência.



REFERÊNCIAS

ALVES, Elisangela Passos. A articulação entre o trabalho realizado em uma escola regular e o Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE). 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2018.

ANDRADE, Elciana Roque de Souza. Equipe multiprofissional no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) em uma instituição especializada de Jacobina/BA: tecendo o cuidado para alunos com TEA. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Diversidade) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – DCH IV, Jacobina, 2019.

ARTUSO, Luciana. Práticas pedagógicas inovadoras ao atendimento de pessoas em processo de envelhecimento no âmbito dos Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAESP da 3ª Coordenadoria de São Lourenço do Oeste. 133 f. Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ, Chapecó, 2021

BANCO MUNDIAL. Relatório Mundial sobre a deficiência/ World Heath Organization, The World Bank; trad. Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo: SEDPcD, 2013, 334 p.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. 3.^a ed. Lisboa: Edições 70, 2011

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula; SILVA, Luzia Guacira dos Santos. O atendimento educacional especializado na perspectiva colaborativa e cooperativa. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 6., Anais... Nova Almeida-Serra: UFES, UFGRS, UFSCar, 2011. p.1-12 CD-ROM.

BORGES, Carline Santos. Atendimento educacional especializado e os processos de conhecimento na escola comum. 2014. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1566>. Acesso em: 19 fev. 2026

BORGES, Carline Santos. Atendimento educacional especializado na escola comum como ação pedagógica favorecedora da educação inclusiva. Curitiba: Appris, 2020.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/outubro/mdhc-integra-politica-nacional-de-educacao-especial-inclusiva-que-preve-o-enfrentamento-ao-capacitismo-nas-escolas>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Decreto nº 12.773, de 15 de dezembro de 2025. Atualiza a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, ampliando o atendimento educacional especializado e reforçando a formação docente. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 dez. 2025. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202512/governo-do-brasil-aprimora-a-politica-de-educacao-inclusiva>. Acesso em: 19 fev. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 18 de set. de 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 23 de dez. 1996. Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica Nº 11/2010, de 07 de maio de 2010. Secretaria de Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12699&Itemid=862. Acesso em: 14 mar. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Nota Técnica nº 09/2010, de 09 de abril de 2010 – Orientações para a organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2010-pdf/4683-nota-tecnica-n9-centro-aee>. Acesso em: 19 fev. 2026

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: SEESP/MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei nº 13.146. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 6 de julho de 2015.

BURKLE, Thyene da Silva. A sala de recursos como suporte à educação inclusiva no município do Rio de Janeiro: das propostas legais à prática cotidiana. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Atendimento educacional especializado: possibilidades e tensões de acesso ao currículo. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 6. Anais... Nova Almeida/Serra: UFES, UFGRS, UFSCar, 2011b. p.1-12 CD-ROM.

EFFGEN, Ariadna Pereira Siqueira. Educação especial e currículo escolar: possibilidades nas práticas pedagógicas cotidianas. 2011a. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011a.

GIORGI, Heloisa de Oliveira Prado. Sala de Recursos em São Bernardo do Campo: Possibilidades e limites do apoio educacional especializado na construção de uma escola inclusiva. 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação e Letras, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

LEODORO, Juliana Pires. Inclusão escolar e formação continuada: o programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOPES, Andressa. Desafios na articulação entre professoras de um Centro de Atendimento Educacional Especializado e escola regular para oferta de tecnologia assistiva. 2019. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos, 2019.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Afonso. Pesquisa em Educação – abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARMONTELO, Jocione Aparecida. Ensino de Matemática para surdas e surdos: contribuições de docentes de um Centro de Atendimento Educacional Especializado. 2022. 78 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2022.

MEIRIEU, Philippe. O cotidiano da escola e da sala de aula: o fazer e o compreender. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares; PLETSCH, Marcia Denise. Atendimento educacional especializado: por entre políticas, práticas e currículo, um espaço-tempo de inclusão? In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 6. Anais... Nova Almeida/Serra: UFES, UFRGS, UFSCar, 2011.p.1-18. CD-ROM

MICHELL, Maria Helena. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; LIMA, Kátia do Socorro Carvalho. Práticas de atendimento educacional especializado com alunos surdos em sala de recursos multifuncionais. In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 6. Anais... Nova Almeida/Serra: UFES, UFRGS, UFSCar, 2011, p.1-18. CD-ROM.

ONU. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Nova York, 2006.

PARRILA, A. O desenvolvimento local um argumento para uma educação mais inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org). Educação Inclusiva: dos conceitos às práticas de formação. Lisboa: Horizontes Pedagógicos, 2011, p.17 - 28.

REDIG, Annie Gomes. Ressignificando a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva: a visão de professores especialistas. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.



TEZZARI, Mauren Lúcia. “A SIR chegou...” Sala de Integração e recursos e a inclusão na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. 2002. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

UNESCO. Coordenadoria Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência. Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, 1994.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos. Jomtien, 1990.

VIEIRA, Alexandro Braga. Conhecimento e deficiência: elementos antagônicos ou propiciadores de novos possíveis? In: Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial, 6. Anais... Nova Almeida-Serra: UFES, UFRGS, UFSCar, 2011. p.1-11. CD-ROM.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WARSCHAUER, Marcos; CARVALHO, Yara Maria de. O conceito de intersectorialidade: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 191-203.

ZIESMANN, C. I.; GUILHERME, A. A. Inclusão no Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: um estudo de caso. Revista Contexto & Educação, [S. l.], v. 35, n. 110, p. 86-104, 2020. DOI: 10.21527/2179-1309.2020.110.86-104.







APAE ES
FEDERAÇÃO DAS APAES
DO ESTADO



UFRRJ



ObECIDS



Instituto de Ensino e Pesquisa
UNIAPAE - ES